

CADERNOS

N.º 28 - 2014 - Ano XIX



Instituto São Tomás de Aquino

Memória

**Os Católicos na luta
contra a ditadura**

**25 anos de "Gente feliz
com lágrimas"**

*Abílio Tavares Cardoso • Fr. Bento Domingues • Fernando Abreu
Francisco Fanhais • Guilherme d'Oliveira Martins
Joaquim Loureiro • José Antunes Ribeiro • José Dias
Luiza Cabral • Maria Conceição Moita • Nuno Teotónio Pereira
Raimundo Narciso • António Santos Silva • Eduardo Bento
Abel Nascimento Pena • Manuel Mendes*

CADERNOS

OS CATÓLICOS NA LUTA CONTRA A DITADURA

TESTEMUNHO DE ABÍLIO TAVARES CARDOSO	7
TESTEMUNHO DE FR. BENTO DOMINGUES, OP	9
TESTEMUNHO DE FERNANDO ABREU	19
TESTEMUNHO DE FRANCISCO FANHAIS	23
TESTEMUNHO DE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS	25
TESTEMUNHO DE JOAQUIM LOUREIRO	35
TESTEMUNHO DE JOSÉ ANTUNES RIBEIRO	41
TESTEMUNHO DE JOSÉ DIAS	43
TESTEMUNHO DE LUIZA SARFIELD CABRAL	51
TESTEMUNHO DE MARIA DA CONCEIÇÃO MOITA	57
TESTEMUNHO DE NUNO TEOTÓNIO PEREIRA	59
TESTEMUNHO DE RAIMUNDO NARCISO	61

25.º ANIVERSÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE *GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS* DE JOÃO DE MELO

ALGUMAS PALAVRAS DE E SOBRE <i>GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS</i> , DE JOÃO DE MELO <i>José Antunes Ribeiro</i>	69
UM OLHAR SOBRE O LIVRO “ <i>GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS</i> ” DE JOÃO DE MELO <i>António Santos Silva</i>	71
<i>GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS</i> NUNO: UMA VIAGEM AO CONTRÁRIO <i>Eduardo Bento</i>	77
MOTIVOS CLÁSSICOS EM <i>GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS</i> DE JOÃO DE MELO <i>Abel Nascimento Pena</i>	81
UMA RE-LEITURA DE <i>GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS</i> <i>Manuel Mendes</i>	87

CADERNOS ISTA

Publicação:  - Instituto São Tomás de Aquino
Ordem dos Pregadores - Portugal

Impressão: Indugráfica, Lda. - Fátima

Depósito legal: 101412/96

ISSN: 0873-4585

Direcção: *fr. José Nunes, op*

Pedidos para:

CADERNOS 

Convento de S. Domingos

Rua João de Freitas Branco, n.º 12

1500-359 Lisboa PORTUGAL

E-mail: istaop@gmail.com

Telefone: 217 228 370

<http://www.dominicanos.com.pt>

EDITORIAL

Fazer memória não é apenas recordar o passado. É certo que pode ser importante reviver experiências, mas o desafio maior é o de saber integrá-las cada vez melhor nos percursos de vida e, nesse sentido, fazer com que contribuam para um presente e um futuro plenos de sentido.

Este número dos *Cadernos ISTA* é especial. Faz-se com os testemunhos apresentados em dois encontros realizados no Convento de São Domingos de Lisboa e que ajudam a fazer memória: um sobre a participação bem activa dos católicos na resistência e luta contra a ditadura que se viveu no nosso país em grande parte do séc. XX; outro para comemorar os 25 anos da publicação de uma obra importante da nossa literatura contemporânea.

Porque foram testemunhos prestados nesses dois encontros, alguns dos textos apresentam características próprias da oralidade e da cumplicidade com a assembleia (os ouvintes) – algo que propositadamente quisemos respeitar. Mas são textos que se lêem, seguramente, com muito agrado e emoção.

O ISTA – Instituto São Tomás de Aquino, obra dos frades dominicanos portugueses, orgulha-se e agradece o ter participado nas iniciativas acima referidas, em conjunto, respectivamente, com o NAM (Movimento ‘Não Apaguem a Memória’ - e aqui é impossível esquecer ou não mencionar a grande obreira do evento: Ana Isabel Pena) e um grupo de Antigos Alunos de instituições de ensino dos Dominicanos em Portugal.

Fr. José Nunes, OP

OS CATÓLICOS
NA LUTA CONTRA A DITADURA

TESTEMUNHO DE ABÍLIO TAVARES CARDOSO

INFORMAÇÃO E... UMA ANEDOTA

Aproveito os últimos minutos deste nosso encontro para vos transmitir algumas informações úteis sobre o espólio do P. Felicidade Alves, lutador que, como todos sabem, se notabilizou pela defesa dos direitos humanos e a denúncia da guerra colonial nos tempos de Marcelo Caetano. Eu e o meu amigo João Salvado Ribeiro recebemos da viúva, Elisete Alves, o encargo de organizar e encontrar destino para o espólio de seu marido.

O núcleo central da biblioteca de Felicidade Alves, onde predominam obras de temáticas teológicas, foi doado à Universidade Católica. O seu cálice, obra de arte sacra, desenhada pelo arquitecto João de Almeida, foi doado e vai figurar no museu do Patriarcado de Lisboa.

Do Arquivo Pessoal, integralmente doado à Fundação Mário Soares, fazem parte exemplares de todas as obras que Felicidade Alves publicou em Livros Horizonte, onde se incluem obras de temática religiosa e algumas dezenas de estudos que integram as colecções *Cidade de Lisboa* e *Francisco de Holanda*, que também criou e dirigiu.

Todavia o contributo mais valioso da Fundação foi o de ter realizado e colocado na internet (www.casacomum.org) a digitalização da totalidade dos textos que documentam a actividade pastoral do pároco de Belém, todo o processo político-religioso a que foi submetido e muitos outros aspectos da sua biografia, com particular relevo para a correspondência enviada e recebida, que conta 1745 mensagens escritas. Dos pontos de vista histórico, sociológico, psicológico e até literário, é desnecessário sublinhar a importância de tal acervo.

Referência ainda é devida a *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa desde a fundação da nacionalidade até aos nossos dias*, 7 tomos. Este longo trabalho, com revisão efectuada sob a direcção de A. Mattoso e edição do *Centro Nacional de Cultura*, pode vir a ser o primeiro grande estudo de conjunto sobre a história dos templos paroquiais e conventuais da capital, e da concomitante evolução do desenho paroquial da cidade.

Ouvimos nesta sessão relatos dramáticos que muito nos sensibilizaram. Peço licença para, em memória do P. Felicidade, introduzir uma nota de humor. É sabido que, quando da publicação dos GEDOC, o Zé Felicidade esteve preso pela PIDE durante 10 dias. Eu próprio, pelos mesmos motivos, tive também o meu “retiro” de 7 dias. Nos anos 70/71 os padres, como nós, ainda tinham “tratamento” benigno. Tortura à séria, para padres, só chegou em 72/73... O Tinoco e o André revezavam-se em interrogatórios até às 2 da manhã. Contou-me o Felicidade que, numa das noites, na António Maria Cardoso, eram quase 3 da madrugada, o Tinoco, visivelmente fatigado, agarrou o maço de papéis cozidos com barão e dirigiu-se, lesto, para a porta donde chamou outro pido. Era o motorista da carrinha para Caxias. O Tinoco olhou, ia já a sair, e o Felicidade atira-lhe: “Então o Sr. Inspector está aqui uma noite inteira a discutir comigo e nem sequer se despede?” O desgraçado mal tartamudeou um envergonhado *Boa Noite...*

TESTEMUNHO DE FR. BENTO DOMINGUES, OP

A TEOLOGIA NO ESTADO NOVO

Observação prévia. Acompanho o meu testemunho de algumas referências e notas apenas para limitar o seu carácter excessivamente impressionista. Ao realçar a memória de acontecimentos vividos ou em que participei, sou levado a esquecer a importância de outros que do ponto de vista subjectivo não me deixaram marcas tão vivas. Espero que haverá quem evoque outros acontecimentos e obras de alcance teológico, mas esquecidas nesta memória sem qualquer pretensão histórica.

I. PANORAMA DE CONJUNTO

1. A única Faculdade de Teologia, em Portugal, era a da Universidade de Coimbra. Foi desactivada, não propriamente extinta, em 1910. A Universidade Católica criou uma Faculdade de Teologia, em 1968. Dizia-se, na altura, que o Dr. Oliveira Salazar e o Cardeal Manuel G. Cerejeira, depois de muitos adiamentos, deram-se conta que os padres, formados em Teologia no estrangeiro, mesmo em Roma, já não davam garantias de ortodoxia patriótica. As Memórias de Franco Nogueira insinuam algo de semelhante. O próprio Seminário dos Olivais — frequentado também por seminaristas das dioceses de Aveiro, Beja e Faro — já estava minado e cada vez mais os alunos já não alinhavam com celebrações conjuntas da liturgia católica e do regime. O desfecho foi catastrófico (Cf. A obra fundamental, Coord. Artur Lemos, *Por caminhos não andados. Seminário dos Olivais 1945/1968*, 2007, Depósito Multinova). A evolução dos outros Seminários do país também teria muito que dizer, a começar pelo da Guarda.

Hoje, existe uma faculdade de Teologia com três centros: Braga, Porto e Lisboa. Desenvolveu-se noutro contexto.

Pelo que se pode saber, o catolicismo português, a nível universitário, viveu quarenta e oito anos sem qualquer referência teológica. Nos Seminários não se preparavam teólogos, mas padres, sobretudo, para o ministério paroquial. Aqueles que iam frequentar universidades noutros países vinham, sobretudo, para ensinar nos Seminários ou nos Institutos Religiosos, isto é, para consumo interno. Não tinham estímulos para investigar e participar nos grandes debates que percorreram o séc. XX.

Por isso, não admira que a paisagem teológica fosse um deserto. Acerca da participação dos Padres Conciliares portugueses no Vaticano II, o Bispo Manuel de Almeida Trindade, nas *Memórias de um Bispo* (Gráfica de Coimbra, 2ª ed. 1993), é muito claro: “Quanto às intervenções dos bispos: não me sinto em condições de fazer um juízo exacto e porventura isento. Houve intervenções que mostraram o nosso atraso em assuntos teológicos. É bom lembrar que a Universidade Católica e a sua Faculdade de Teologia estavam longe de ser uma realidade. Os bispos, ocupados na área da pastoreação diária das suas dioceses, não dispõem de sobras de tempo para se dedicarem, com profundidade, a assuntos dessa natureza”¹.

Isto não significa que em determinados momentos, sobretudo nas Missões, especialmente em Moçambique, mas também em Angola, antes, e sobretudo depois, do Vaticano II, não houvesse intervenção teológica. Era inevitável que o regime colonial, as suas instituições e práticas fossem contestados em nome da fé cristã. O exercício de uma teologia missionária eficaz provocou grandes abalos no regime. Contestações que foram para além do

1 Cf. pp. 173-175. Para conhecer a polémica que antecedeu a suspensão da faculdade de teologia da Universidade de Coimbra, ler, do mesmo autor: *A faculdade de teologia e o incidente com o senhor bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina*, em *Lumen* 17 (1953 623-634; 696- 704; 18 (1954) 5-19. Acerca desta questão e outras conexas, Cf. A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, Gráfica de Coimbra, 1995, pp.341-409*. A polémica levantada entre este bispo e a faculdade de teologia só terminou em Outubro de 1910. Sobre a romanização do professorado do Seminário de Coimbra, ver na mesma obra, pp. 258-287, onde também são mencionados outros dinamizadores do incipiente neotomismo em Portugal.

testemunho e intervenção de D. Sebastião Soares de Rezende, bispo da Beira, D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula, os Padres Brancos, os Padres do Macuti, etc., eram praticantes de uma significativa *teologia da libertação colonial*.

2. O padre Joaquim Alves Correia — sem esquecer o P. Abel Varzim e outros — não era um teólogo profissional, mas algumas das suas obras, de grande fôlego teológico, alimentaram as correntes mais abertas da Igreja em Portugal, assim como a relação com os outros, cristãos e não cristãos. Antes do exílio, participou, de forma activa, no movimento e nos *Cadernos Metanoia*, dos anos 40 e 50².

Acerca do sentido da intervenção de D. António Ferreira Gomes, talvez ainda não esteja tudo investigado, mas foi um grande professor de filosofia moderna, no seminário do Porto. Em teologia, estava marcado, sobretudo, por Karl Rahner. Mas foi a *Carta a Salazar* que mais agitou a Igreja em Portugal, na sua relação com o Regime³.

É espantoso que tenha sido apenas Fr. João de Oliveira, O.P., sob o nome civil de Joaquim Faria, a defender o bispo publicamente dos ataques de Manuel Anselmo que, em 1958, tinha publicado um livro de ataque ao bispo intitulado *Sobre a Declaração de voto de Sua EX.a Rev.ma o Senhor Bispo do Porto*. A defesa do Bispo elaborada pelo dominicano, era um opúsculo dactilografado e intitulado: *Uma «Carta Vermelha» do Senhor Bispo do Porto?*⁴.

As *Semanas Missionárias*, promovidas pela Sociedade Missionária da Boa Nova, secundadas pela revista *Igreja e Missão*,

2 Francisco Lopes, P. Joaquim Alves Correia (1886-1951), *Rei dos Livros*, Lisboa 1996. Nuno Teotónio Pereira fez uma longa lista de padres que foram essenciais na contestação do Regime de Salazar, por palavras e acções e por elas fizeram uma teologia política prática. Nem todos podiam ter a preparação e o talento do Fernando Belo, que fez uma tese, *Lecture materialiste de l'Évangile de Marc (Cerf, Paris, 1974)*, cujo êxito internacional coincidiu com o 25 de Abril!

3 D. António Ferreira Gomes, *Antologia do seu pensamento*, Porto, Fundação António de Almeida, 1990; *Cartas ao Papa*, Porto, Figueirinhas, 1987; *Cartas ao Cardeal Cerejeira* (16. 07. 1968), Lisboa, D. *Quixote* 1996.

4 *Joaquim Faria (Fr. João de Oliveira, O.P.)*, *A Carta de D. António Ferreira Gomes a Salazar e o meu apoio*, in *Humanística e Teologia*, VII/2 (1986) 199-212.

trouxeram a Portugal personalidades da teologia da evangelização, de vários países que puseram os participantes portugueses a debater a descolonização da Igreja durante as guerras coloniais. A revista tornou-se o eco e ampliação desses colóquios mediante textos essenciais. O papel dessas Semanas e da Revista merecem uma investigação para avaliar o seu contributo para a recepção activa do Vaticano II em Portugal.

II. OS DOMINICANOS E A TEOLOGIA INSUBORDINADA AO REGIME⁵

1. No começo anos 50, mais propriamente em 1953, os Dominicanos fundaram, em Fátima, o *Studium Sedes Sapientiae* dedicado à investigação e ao ensino da Filosofia e da Teologia, frequentado, também, por alunos e professores Carmelitas, do Verbo Divino e da Consolata.

A grande maioria dos professores começou por ser constituída por dominicanos estrangeiros: canadianos, belgas, norte-americanos, espanhóis, vietnamitas, croatas, etc..

O clima era muito aberto, tanto da parte dos professores como dos alunos. Debatia-se tudo e com toda a liberdade. Os professores, sobretudo canadianos e belgas, traziam ao *Studium* personalidades do mundo da cultura que vinham a Portugal a pedido das respectivas embaixadas. Foi assim que, ainda muito jovens, tivemos conferências de Jean Guitton, Gabriel Marcel, Stravinsky, dos portugueses Vitorino Nemésio, Miller Guerra, entre muitos outros. Não fui ver o Livro de Registo de grandes figuras da cultura com as quais dialogávamos.

Não tinha nada a ver com o catolicismo que se respirava no país e, sobretudo, em Fátima. O belga Padre Paul Denis, O.P., foi obrigado a abandonar o país por causa das suas posições teológico-políticas⁶. Os próprios estudantes publicavam uma revista

5 Moisés Lemos Martins, *Os dominicanos e o ensino da Teologia em Portugal*, in *A Restauração da Província Dominicana em Portugal*, Tenacitas, Coimbra, 2012, pp. 105-120.

6 Cf. Eduardo Bento, *O Studium do Convento Dominicano de Fátima*, in *A Restauração da Província Dominicana em Portugal*, Tenacitas, Coimbra, 2012, pp. 95-100.

que mudava de nome sempre que mudava de orientação e de projecto cultural.

O Studium foi sempre um centro cultural muito suspeito para a Igreja e para o regime político.

2. Deste Studium nasceu o *Instituto de S. Tomás de Aquino* (ISTA), com os Cursos de Verão de Teologia, em ciclos de três anos. Começou por ser para as Congregações Religiosas dedicadas ao ensino (e não só), para terem uma preparação teológica que acompanhasse as suas qualificações académicas. Era a primeira vez que, em Portugal, existia uma iniciativa deste alcance que, depois, também se abriu aos leigos.

As peripécias da vigilância eclesiástica e da PIDE passaram por muitas fases, nunca muito fáceis e nem sempre hilariantes. Em alguns anos reconhecemos um enviado da Pide para seguir todas as aulas do curso: o sono vencia muitas vezes o seu zelo de informador. Sei do que falo: comecei a ensinar no Verão de 1963, com poucos anos de interrupção.

3. Do *Studium Sedes Sapientiae* e do ISTA surgiram, entretanto, os *Encontros de Teologia para Leigos*, em Coimbra e no Porto. Em Lisboa, tiveram de receber outras designações para não serem proibidos.

Em Coimbra, o Cônego Urbano Duarte, destacado pelo Bispo para nos vigiar, deixou um testemunho recolhido por Manuel de Almeida Trindade⁷.

Veja-se o texto escrito em 23 de Fevereiro de 1967, intitulado *Teologia para Leigos*: «Uma comissão de leigos incentivou a realização deste II Encontro de Teologia para Leigos a cargo do Instituto de S. Tomás dos Padres Dominicanos de Fátima. Temas tratados: 1- A Fé em questão; 2- Afinal, para que serve a Fé?; 3- A Fé, dom e tarefa; 4- Agonia das religiões e sobretudo da Fé?; 5- Será a Igreja precisa para a vivência da Fé?

⁷ Urbano Duarte, 1º volume, Gráfica de Coimbra, 1989, pp. 291-292.

Mais uma vez, foi impressionante e, podemos dizer, novo, o êxito alcançado. Nada em Coimbra se lhe pode comparar, em matéria de cultura religiosa: os conferencistas, muito bem preparados e expondo aspectos teológicos actualizados; os ouvintes, às centenas, com predomínio de estudantes universitários; entre a assistência, muitos que em salões caracteristicamente confessionais não costumam entrar; na exposição evidencia-se a sinceridade, o tom franco e, por vezes, caustico para mais claro contraste de interpretações; o mesmo também nas questões postas para diálogo. A sobriedade melíflua, o “santo engano”, ou a paz morta à sombra da ignorância não tiveram assento nestas assembleias de reflexão sobre a Fé.

É natural que uma ou outra frase tenha suscitado dúvidas. Mas Deus nos livre dos totalmente satisfeitos e sossegados, porque nem se conhecem, nem têm possibilidade de conhecer os outros. Uma iniciativa, portanto, francamente positiva e moderna.»

Tanto no Porto como em Coimbra, havia uma comissão local que se encarregava de escolher os locais e estabelecer os horários. Os temas eram escolhidos em combinação com essas comissões, mas os professores preparavam-nos depois de um debate entre eles.

No Porto, a comissão organizadora contava com figuras muito ligadas ao Convento Cristo Rei: Francisco Sá Carneiro, Mário Figueirinhas, Castro Fernandes, Luiza Sarsfield Cabral, entre outros. O Administrador Apostólico acabou por proibir a continuação. Quem desejar conhecer o significado e o alcance dos Dominicanos no Porto, em referência ao Vaticano II, veja Mário Brochado Coelho⁸.

Em Coimbra, foi o Prof. Orlando Carvalho com a Irmã Ossana, que organizou uma comissão de professores e alunos universitários, de cujos nomes não disponho agora.

Os professores do *Studium Sedes Sapientiae* que participaram nos Encontros de Teologia para Leigos foram vários. Lembro o frei Raimundo, frei Mateus, frei Pedro Pelletier, frei Bernardo, frei Louis Charlier e frei Bento.

8 *Confronto. Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*, Afrontamento, Porto 2010, pp. 15-29

4. Quando surgiu a Revista *Concilium* (1965), Frei Mateus Cardoso Peres, OP, fazia parte do “Comité Central” da Revista, que passou a ser editada em Portugal. Era em Fátima, no Convento dominicano, no *Studium*, que se faziam as revisões das traduções. Participávamos nos *Encontros* da Revista.

5. Em ligação com o *Studium Sedes Sapientiae*, o ISTA organizou o *Colóquio de Pastoral Litúrgica*, em Fátima (cf. *Ora & Labora*, 12, 1965, onde figuram as intervenções de alguns Dominicanos).

6. O ISTA organizou o *Encontro de Teologia Pastoral para Missionários(as)*, vindos das ex-colónias, de 11 a 18 de Janeiro de 1976, em Fátima. Tema: *Razões de Esperança*.

Realizou Encontros, em Lisboa e no Porto, de 1976 a 1978 sobre Teologia da Fé; Sacramentos, celebrações da Fé.

Lançou, em 1978, *Encontros de fins-de-semana*, sobre temas da actualidade.

7. Os *Cadernos ISTA* nasceram, em 1996, para fixar, desenvolver e ampliar os destinatários dos Cursos de Verão. Cada tema seria abordado de forma pluridisciplinar. O seu 1º director foi o Frei José Nunes. Antes destes *Cadernos* já tinham sido publicadas duas séries de *Cadernos Teológicos*.

8. Quando Frei José Augusto Mourão assumiu a direcção do ISTA, também se desenvolveram outras iniciativas (*Colóquios* e *Congressos*), por vezes internacionais, ligados à História da Ordem ou a figuras dominicanas, com a colaboração de várias Instituições Universitárias.

9. Sobre o ISTA, à falta de uma investigação sobre as diferentes alíneas acima referidas, ver, para já, *25 anos de reflexão teológica* (1979), coordenação de Frei Abel Pena e Frei A. Matias. Ver também Catarina Silva Nunes, *Compromissos Incontestados*, Paulinas, Lisboa, 2005, pp.147-151.

III. INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS TEOLÓGICOS

A TOLOGIA DO ISET (NO COMEÇO ISEE)

Foi uma iniciativa dos Superiores dos Institutos Religiosos que começou a funcionar desde 1967, na casa dos Franciscanos da Luz (espaços alugados), com professores e alunos de muitas congregações religiosas, sem exclusão. A partir da crise no Seminário dos Olivais, vieram também alunos de várias dioceses. Os dominicanos — professores e alunos — aguentaram até ao impossível.

O seu objectivo era criar um curso de 7 anos que assumisse as orientações do Vaticano II. O Núncio Apostólico começou por incentivar os Institutos Religiosos. Tentava provocar o Episcopado.

O Instituto teve épocas muito boas e outras muito difíceis. Era a única escola democrática do país. As acusações vinham de todo lado. Do Episcopado, de muitos superiores das casas dos religiosos, dos seminários.

A insegurança quanto ao futuro, passou a desanimar professores e as crises vocacionais eram atribuídas à orientação revolucionária e heterodoxa da teologia, da filosofia e das ciências humanas.

Quem desejar estudar a natureza da orientação do trabalho daquela escola deve deter-se na colecção completa do Boletim ISET (1972-1975). Os fascículos não são numerados (figuram por meses). Foi a artimanha que me recomendou o Dr. Francisco Sá Carneiro. Não podiam ser considerados uma publicação periódica.

Devo prestar aqui homenagem ao Provincial dos dominicanos, na altura, frei Miguel dos Santos, que nunca regateou o seu apoio.

Em cinco anos, o ISET passou por muitas fases e teve vários rostos pela composição dos alunos e professores. Fui o único professor desde o primeiro ano até ao último (1967-1975).

O Padre Resina, professor convidado, escreveu um texto admirável acerca do que se perdia e nunca mais seria recuperado na passagem dos alunos para a Faculdade de Teologia.

Da sua falta, nasceu o Centro de Reflexão Cristã (CRC). Teve uma oferta gratuita de espaços das Irmãs Doroteias. Uma Nota fatídica do Patriarcado, declarando que não se tratava de uma iniciativa da Igreja, levou as Irmãs Doroteias a recuar. As exigências

de aluguer dos espaços limitaram, de forma radical, os sonhos programáticos dos começos.

A teologia de Tomás de Aquino é o desassossego permanente do espírito: “como é que é verdade aquilo que confesso na fé que é verdade? Quando digo o credo, confesso a verdade, mas sem a procurar entender fico de cabeça vazia.”

TESTEMUNHO DE FERNANDO ABREU

Venho aqui falar da Base enquanto Movimento constituído por trabalhadores, todos foram dirigentes da Acção Católica Operária, LOC e JOC, entre eles além de mim e do Cesário quando regressou de Moçambique, estavam também o João Gomes e outros que saíram depois para a SEDES.

Porque é que constituímos esse Movimento? Porque nos pareceu que estava chegado, com muito sério atraso evidentemente, o momento de criar um Movimento de Trabalhadores, e julgo que foi a primeira vez que em Portugal um Grupo de Trabalhadores Católicos se constituíam num Grupo clandestino para intervir politicamente e sindicalmente com o objectivo, muito concreto, de lutar contra o regime salazarista, fascista, para lutar pela liberdade sindical e pela Liberdade do nosso Povo e tentar estabelecer contactos internacionais no sentido de apoiar várias iniciativas quer no campo político quer no campo sindical. Julgo que é importante, mas ainda não está feito infelizmente, o único Movimento que fez alguma da sua alguma História foi a Liga Operária Católica, mas não está feita a História da actividade, em Portugal, da JOC nem da JOC feminina, porque seria muito importante saber o que estes Movimentos, apesar da posição da hierarquia católica e apesar das contingências do regime político, fizeram no campo da intervenção social. Mas, não sou Historiador! Prestei alguns contributos no âmbito da História da LOC.

Julgo que é importante e é pouco conhecida a intervenção do Centro de Cultura Operária. Foi criado pela Liga Operária Católica, estranhamente autorizado pelo Cardeal Patriarca, talvez com a esperança da constituição de sindicatos de tendência cristã. Mas foi aberto a todos os Trabalhadores. Logo cedo deu-se ruptura interna, por uma questão ideológica, de uma parte, de inspiração neo-liberal,

defendia a constituição de sindicatos cristãos. Dessa ruptura, constituiu-se uma nova Direcção. Essa nova Direcção empenhou-se, à luz do que chamávamos de “Compromisso Temporal”, em criar as condições formativas e interventivas para ajudar à criação do Movimento Sindical Unitário. Nessa perspectiva, demos alguns contributos importantes para a criação da Intersindical. Tínhamos uma principal preocupação de organizar os trabalhadores que não estavam organizados, como era o caso dos CTT, ou aquelas profissões menos consideradas como era o caso das chamadas “criadas de servir”, hoje tratadas por “empregadas domésticas”, mas que, naquela altura sabeis como eram. Assim como o Sindicato da Portaria e Vigilância.

A BASE foi fundada com esse objectivo de carácter político e também para actuar no interior do País. Felizmente foi possível estabelecer com a Associação Cristã dos Trabalhadores Italianos uma colaboração que tinha na altura como Presidente um homem muito próximo do Papa João XXIII, bastava ele telefonar ao Secretário que era logo recebido nessa tarde ou na manhã seguinte. Essa Associação teve imensa influência em Itália, inclusivamente na convergência da acção entre Católicos e Comunistas, tanto no campo político como no campo sindical; teve imensa influência na organização da recepção pelo Papa Paulo VI dos Movimentos de Libertação Anti-Coloniais, das Colónias Portuguesas. O Cesário, que está aqui na sala, teve um encontro, no âmbito dessa organização, com o Marcelino dos Santos. Este Movimento criou umas Edições que se chamavam, e chamam, Edições BASE. Foi o único país que fez a encomenda de livros sobre alfabetização, alguns livros como “Libertar o Povo”, com uma Entrevista com o António Fragoso, que a Conceição Moita nos pediu para editar, pagando a edição (ou alguém por ela), também o Jornal “Libertar”, que já não existe e que teve a sua sede na sede da BASE, e acolhendo ainda a Cooperativa ERANOVA (do Zeca Afonso e outros cantores).

Voltando um pouco atrás, tínhamos um sistema de informação que era extremamente interessante porque recorriamos aos Bancos para obter os envelopes, os subscritos, e também ao Ministério da Economia e à Direcção-Geral de Comércio, e era com esses

envelopes que nós conseguíamos enviar para fora do País, neste caso para Itália (eles depois mandavam para França e para outros países) as informações sobre as Lutas Anti-Coloniais e as Lutas dos Trabalhadores.

Procurámos sempre, apesar de sermos um Movimento de Trabalhadores, alargar os nossos contactos a outros sectores. Pessoas que sempre colaboraram connosco: o Nuno Teotónio Pereira, está aqui a filha dele, a Luísa Teotónio Pereira; o Vitor Wengorovius, que já não está entre nós; o José Manuel Galvão Telles, que não estou a ver por aqui.

Muito Obrigado

TESTEMUNHO DE FRANCISCO FANHAIIS

O que eu vou fazer é o que eu estou mais habituado a fazer e o que eu mais gosto de fazer: falar através da música. Não me peçam para discorrer, para discursar sobre as coisas. Mas vou aqui cantar dois temas: um da Sofia de Mello Breyner e outro de José Afonso.

PORQUE

Porque os outros se mascaram mas tu não
Porque os outros usam a virtude
Para comprar o que não tem perdão
Porque os outros têm medo mas tu não

Porque os outros são os túmulos caiados
Onde germina calada a podridão.
Porque os outros se calam mas tu não.

Porque os outros se compram e se vendem
E os seus gestos dão sempre dividendo.
Porque os outros são hábeis mas tu não.

Porque os outros vão à sombra dos abrigos
E tu vais de mãos dadas com os perigos.
Porque os outros calculam mas tu não.

*Sophia de Mello Breyner Andresen
(Música de Francisco Fernandes)*

Este Poema do Zeca é a expressão de tudo aquilo que nós sonhámos, tudo aquilo que nós sonhamos e, faço a justiça de pensar, de tudo aquilo que todos os aqui presentes continuam a sonhar. Todas as nossas utopias.

UTOPIA

Cidade
Sem muros nem ameias
Gente igual por dentro
gente igual por fora
Onde a folha da palma
afaga a cantaria
Cidade do homem
Não do lobo mas irmão
Capital da alegria

Braço que dormes
nos braços do rio
Toma o fruto da terra
E teu a ti o deves
lança o teu
desafio

Homem que olhas nos olhos
que não negas
o sorriso a palavra forte e justa
Homem para quem
o nada disto custa
Será que existe

lá para os lados do oriente
Este rio este rumo esta gaivota
Que outro fumo deverei seguir
na minha rota?

(José Afonso)

TESTEMUNHO DE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Com o fim da guerra, houve quem pensasse que os aliados iriam pressionar os países ibéricos no sentido da democracia e do pluralismo. No entanto, as feridas abertas pela guerra civil espanhola e o desenvolvimento da guerra fria suscitaram entre os membros da Aliança Atlântica receios e cautelas especiais, que se traduziram na manutenção dos regimes peninsulares. A «neutralidade colaborante» portuguesa do final do conflito mundial, apesar de todas as ambiguidades, serviu para legitimar «de facto» a continuidade de Salazar. As esperanças alimentadas em 1945 foram diversificadas – desde os republicanos da oposição tradicional moderada até ao Partido Comunista, passando pela pequena oposição monárquica, que julgou ver então uma possibilidade de mudança de regime (contando com a antiga ambiguidade do Presidente do Conselho). No entanto, depressa se percebeu que tudo ficaria na mesma, apesar de equívocos terminológicos, sem consequências práticas, que levariam Salazar a falar de «democracia orgânica» e de «eleições livres como na livre Inglaterra».

O certo é que, entre 1945 e 1958, sente-se uma evolução no sentido de integrar progressivamente os católicos na transição centrada numa abertura gradual mas audaciosa do sistema constitucional. A oposição republicana alimentava no seu seio contradições significativas, que o tempo agravaria, em especial no domínio da política ultramarina. Afinal, a República fora criada na sequência do Ultimatum inglês e a memória desse ultraje estava ainda presente na abordagem do tema colonial pela velha guarda do revirvalho. O Partido Comunista beneficiava da conjuntura internacional da guerra fria e tendia (até pelo reconhecimento implícito da situação) a afirmar-se como a força mais significativa

da oposição. Note-se que a posição da Igreja Católica relativamente à autodeterminação dos povos colonizados evoluiria muito (na linha do que Mounier dissera em «L'Éveil de l'Afrique Noire»), até como condição de consolidar a sua posição do terceiro mundo. Em 1958, a transformação política mais importante que se registou foi o início do canto do cisne da «frente nacional» que sustentava o Estado Novo, em que as Forças Armadas e a Igreja desempenhavam um papel essencial. E o certo é que esses apoios irão ser postos em causa definitivamente. E se usamos a palavra «definitivamente», tal tem de ser interpretado à luz de uma tendência gradual, com momentos de evolução lenta, alternando com outros mais rápidos (como na eclosão da guerra colonial em 1961 ou nas crises estudantis).

O ABALO DA “FRENTE NACIONAL”

Se falamos de 1958, referimo-nos à candidatura à Presidência da República do General Humberto Delgado e ao memorando enviado pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a Oliveira Salazar – que irão contribuir para que a «frente nacional» seja fortemente abalada. Henrique Galvão e António Sérgio, duas personalidades provindas de horizontes antagónicos (um, do grupo de militares que implantou a ditadura militar em 28 de Maio de 1926, braço direito de Salazar na Emissora Nacional; e o outro, prestigiado intelectual da renovação republicana, referência da «Seara Nova»), que se tinham encontrado na oposição ao Estado Novo, convergiram na defesa de que este apenas poderia ser mortalmente atingido se os seus apoios fundamentais fossem abalados, a partir de dentro. Daí a candidatura de Humberto Delgado, que o PCP não apoiou num primeiro momento, e que tomaria uma dinâmica imparável, o que obrigaria os comunistas e mudar de atitude, desistindo do seu candidato Arlindo Vicente. No caso da Igreja Católica, a atitude do regime face a D. António Ferreira Gomes, impedindo-o de regressar ao Porto (apesar de manter a dignidade episcopal), torná-lo-á uma vítima e um dos símbolos do «aggiornamento» do Concílio Vaticano II, no que este visava superar o eurocentrismo e assumir a compreensão dos «sinais

dos tempos» (que a encíclica «*Pacem in Terris*» e a constituição «*Gaudium et Spes*» enfatizam).

António Alçada Baptista representa na história cultural portuguesa um singular exemplo que, ora tem sido reduzido injustamente a uma suposta ambição política, ora tem sido alvo de manifesta desatenção relativamente a um real papel de intérprete heterodoxo de uma cultura condicionada pela oscilação entre os mitos de todo o mundo e ninguém. Nada mais enganador do que desvalorizar o seu lugar crucial na preparação da democracia. Vindo de um meio conservador, com fortes raízes na sociedade beirã, sendo destinado a um percurso tradicional de uma advocacia de negócios e influência, depois de uma formação nos jesuítas, António Alçada recusou esse destino, apesar de ter começado por sentir um sucesso possível nos primeiros passos que começou a trilhar. Apesar de todas as resistências do Estado Novo, o certo é que os ventos da modernização fizeram-se sentir. As mentalidades, as influências, os debates, os autores, as tendências artísticas, tudo vai mudar no final dos anos quarenta e cinquenta. Há tensões contraditórias que a geração de Alçada Baptista vai interpretar. O «revirvalho», a partir de 1945, sente uma evidente atração por quem tinha sido a grande aliada dos Estados Unidos para pôr fim ao domínio do «eixo», a União Soviética. Os temas sociais e o chamado neo-realismo vão ocupar um lugar proeminente. Nos Estados Unidos, o «macartismo» e a caça às bruxas criarão um clima intolerável, o que servirá para fortalecer, num primeiro momento, as simpatias intelectuais relativamente às suas vítimas.

Para um católico com preocupações críticas, os motivos da separação prendiam-se com a confusão de uma cruzada política que acenava com os fantasmas do anticlericalismo que tinham levado, em parte, ao fim da Primeira República. Salazar sobrevivera em 1945 contra as expectativas de alguns, uma vez que a «guerra-fria» evitara a liberalização a sério na Península Ibérica. Mas havia mudanças, e António Alçada cedo começou a compreendê-las – até porque os motivos de desconfiança iam-se acumulando mesmo nos meios conservadores. Os monárquicos perceberam que a hipótese de uma restauração, acenada antes numa base equívoca, tornara-se

uma ilusão irrealizável no âmbito da «situação», até por falta de vontade de Salazar e dos seus putativos delfins. O caso do Centro Nacional de Cultura, fundado por jovens monárquicos em 1945, é ilustrativo – evoluindo no sentido de uma atitude democrática e pluralista.

DENUNCIAR A “DESORDEM ESTABELECIDADA”

A evolução no sentido da oposição ao regime correspondeu à soma de fatores complexos e contraditórios – que levaram muitos monárquicos e católicos a aproximar-se dos meios oposicionistas, numa perspetiva moderada ou até radical, o que levaria ao alargamento do campo de ação cultural dos críticos do regime. Há, assim, um forte contraste com o ambiente cultivado por António Ferro nos alvares do regime. Depois de 1945, deixa de haver uma relativa cumplicidade com meios culturais e artísticos... Entretanto, a Igreja Católica não podia deixar de estar atenta ao Terceiro Mundo e à autodeterminação dos povos, ao lado da crescente consciência dos problemas sociais e das desigualdades com repercussões pastorais e teológicas. Haveria que denunciar a «desordem estabelecida».

Logo em 1945, houve esperança numa abertura. Alguns poucos católicos apostam na democratização através do MUD. Aí encontramos Francisco Veloso, antigo dirigente do Centro Académico da Democracia Cristã, de Coimbra, onde militara Oliveira Salazar, além do Padre Joaquim Alves Correia, missionário espiritano, de Sebastião José de Carvalho, monárquico liberal, e de José Vieira da Luz. O Padre Abel Varzim fora afastado do lugar de deputado à Assembleia Nacional no final da legislatura de 1938 a 1942, por impossibilidade de ter eficácia nos seus alertas sociais, tendo depois os membros da Liga Operária Católica (LOC) abandonado os postos diretivos dos sindicatos nacionais. Há ecos de que o Padre A. Varzim teria sondado algumas personalidades católicas para a eventual criação de um Partido Democrata-Cristão. Em 1946, o Padre Joaquim Alves Correia é exilado nos Estados Unidos depois de ter publicado no jornal «República» um artigo sobre a «noite sangrenta» de 1921. Entretanto, a publicação do

jornal «O Trabalhador», da Ação Católica Operária, é suspensa no mesmo ano. Na campanha eleitoral de 1949, em que concorre o General Norton de Matos contra o Presidente Carmona, um jovem católico, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, Orlando de Carvalho, afirma: «A Ditadura porque não é um sistema de governo, mas um interregno na vida política normal (...) não tem de pensar em como renovar-se, em como subsistir, mas apenas em como findar e o mais depressa que puder (...). O único critério que até hoje me pareceu suficiente de renovação é o critério do povo, da consulta popular sincera» («Diário Popular», 24.1.49). Em resultado destas declarações, o jovem vê suspenso o seu contrato de segundo assistente na Faculdade.

Os sinais são vários. Em 1950, o Padre Abel Varzim organiza em Lisboa o I Congresso dos Homens Católicos, a que assiste o Ministro da Justiça, Manuel Cavaleiro de Ferreira; no entanto, este abandonará os trabalhos em virtude das intervenções, tendo havido pressões, por exemplo, relativamente a José Sebastião Silva Dias, para aligeirar os reparos críticos. Em 1951, Manuel Bidarra de Almeida será afastado da direção da Ação Católica, em virtude de uma intervenção contra a «situação» no Congresso Internacional Católico de Lisboa. Em 1953, Adérito Sedas Nunes e Maria de Lourdes Pintasilgo protagonizam o Congresso da JUC em que o movimento conhece uma profundíssima renovação, com consequências no «compromisso social» e na realização de inquéritos sobre a situação dos portugueses. Sente-se a influência do assistente nacional da organização universitária, o Padre Dr. António dos Reis Rodrigues (futuro bispo de Madarsuma). Em 1955, o I Congresso da JOC suscita suspeitas e desconfianças, uma vez que o regime teme que Abel Varzim se prepare para fundar o Partido Democrata-Cristão – por isso, a censura recebe orientações para fazer passar despercebida a iniciativa na imprensa. Em 1956, João Salgueiro é eleito presidente da JUC e é criado o jornal «Encontro». Entretanto, diversos membros da JUC contestam, em Coimbra e Lisboa, o Decreto-Lei 40.900, de 12 de Dezembro, por restringir os direitos das Associações de Estudantes. A denúncia prolongar-se-á, envolvendo o futuro Presidente Geral da JUC, João Bénard

da Costa (1957-58) e Carlos Portas, Presidente da Associação de Estudantes de Agronomia e Presidente diocesano da JUC. É o tempo em que o «Encontro» ganha protagonismo crítico – sendo Pedro Tamen chefe de redação e envolvendo Nuno Cardoso Peres (que viria a professar como dominicano, Frei Mateus Peres, O. P.), Cristovam Pavia, Nuno Bragança, Nuno Portas, José Domingos Morais, José Escada e M. S. Lourenço. Este será o grupo que acompanhará Alçada na sua editora.

“QUE NÃO DESISTAM DE PENSAR”

Pode dizer-se que, a partir do ano emblemático de 1958, António Alçada Baptista deu, nos meios culturais (demarkando-se do jacobinismo e do coletivismo), com a Livraria Moraes e depois com a revista «O Tempo e o Modo», contributo decisivo para o termo da chamada «frente nacional» de Salazar, do mesmo modo que deram, nos meios militares, a candidatura presidencial do General Humberto Delgado, antigo símbolo das Forças Armadas fiéis ao regime, e, na Igreja Católica, o memorando do Bispo do Porto dirigido ao Presidente do Conselho. Estava, no fundo, em causa o que afirmaria na «Peregrinação Interior»: «Peço e insisto com os senhores especialistas de povos e planificadores de impérios que não se deem por contentinhos com o trabalho que estão a fazer e peço a todos os incomodados do mundo que não desistam de pensar como é que isto se pode consertar».

Importa, deste modo, referir o papel desempenhado pela Livraria Moraes. António Alçada Baptista lançou, exatamente em 1958, o projeto renovador da Moraes, que acompanhará as profundas mudanças que se verificavam e anunciavam. Tratou-se de criar um movimento de opinião centrado em leigos católicos (com apoio de alguns clérigos) capaz de seguir e concretizar o programa de Emmanuel Mounier de unir católicos e não católicos no combate contra a «desordem estabelecida», que o mesmo seria dizer, romper com a cumplicidade da Igreja Católica em relação ao regime de Salazar. Assim, ao contrário do que muitas vezes se pretende, como se disse, a ideia fundamental de António Alçada Baptista não tem a ver com a criação de um Partido Democrata-Cristão.

Para o desmentir, basta ler-se atentamente os textos publicados nas coleções «O Tempo e o Modo» e «Círculo do Humanismo Cristão». E percebe-se que está em causa algo de muito diferente – o que altera totalmente a ideia de que Alçada Baptista viu derrotado o seu projeto político. O que AAB desejava era encontrar uma convergência de movimentos e opiniões que permitisse uma transição pacífica de contornos abertos e cosmopolitas, segundo a lógica das democracias ocidentais. A ligação ao Congresso para a Liberdade da Cultura (e o forte papel desempenhado por Pierre Emmanuel) é um sinal dessa orientação. Trata-se de tornar ativo, em Portugal, um grupo de intelectuais sem vocação partidária ou até cristã. Do mesmo modo, a ideia, não concretizada de «O Pacto», influenciada pela comunidade de Mounier nos arredores de Paris, também nada tem a ver com um movimento político. É certo que, aquando da fundação de «O Tempo e o Modo», Mário Soares, Salgado Zenha e Jorge Sampaio participam. E Mário Soares pretendia que AAB fosse a personalidade aglutinadora de uma corrente política democrata-cristã – no entanto esse entendimento deparava com a posição contrária do próprio António Alçada Baptista e da maioria dos seus companheiros (para quem não deveria haver uma política cristã, mas cristãos livres, sem movimentos confessionais, na política).

Recorde-se o poema de Ruy Belo, que no seu início diz: «Nós os vencidos do catolicismo / que não sabemos já donde a luz mana / haurimos o perdido misticismo / nos acordes dos carmina burana // Nós que perdemos a luta da fé / não é que no mais fundo não creiamos / mas não lutamos já firmes e a pé / nem nada impomos do que duvidamos». Sentimos, com muita nitidez, o ambiente geral do tempo observado. E há um drama evidente, que tem a ver com a claustrofobia sentida numa sociedade que, sem pluralismo, tendia a separar as opções entre o nosso e o contra nós. Aliás, é a mistura entre o ambiente político dos dias finais da autocracia com a crise da Igreja pós-conciliar que torna especialmente dramática a situação portuguesa. Afinal, como afirma o Padre Manuel Antunes, não estamos perante uma questão puramente portuguesa, apesar de ganhar aqui (como em Espanha)

contornos especiais em razão dos constrangimentos políticos existentes. Daí que entre os católicos os acontecimentos que a obra refere tenham sido sentidos como ferida aberta, em carne viva – facto bem simbolizado não só na fotografia do Eng^o Francisco Lino Neto, com a cabeça ensanguentada, depois de ser atingido pela polícia de choque na manifestação de apoio ao General Delgado, mas também nos doloridos poemas de Ruy Belo da fase final. E o poeta dirá, profeticamente: «a história do catolicismo português atual, a fazer um dia, não pode deixar de ser uma história dolorosa». Aliás, a afirmação «não é que no mais fundo não creiamos» revela um carácter de escolha decisiva, que leva o poeta, bem como o Padre José Felicidade Alves, de modo diferente, a uma corajosa demarcação de posições. Nada poderia continuar na mesma. A conciliação confundia-se com traição, e isso era impensável. Afinal, lidas as Escrituras, o escândalo da contradição era enorme e insofismável. «Nesta vida é que nós acreditamos / e no homem que dizem que criaste / se temos o que temos o jogamos / “Meu deus meu deus porque me abandonaste?”». Sente-se a dúvida e a revolta... Como afirma Sérgio Campos Matos: «A modernidade passava também por uma espiritualidade renovada, liberta de dogmas e constrangimentos, aberta aos problemas humanos concretos, ao pulsar da vida, às culturas de protesto que a juventude dos anos 60 ia difundindo numa sociedade bloqueada. Compreende-se que, por essa época, a ‘crise da Igreja’ e até mesmo a ‘crise da civilização’ (P. Manuel Antunes) fizessem parte do léxico dos católicos que ousavam adotar um pensamento crítico». Se João Miguel de Almeida em “A Oposição Católica ao Estado Novo” nos faz uma descrição histórica passo a passo desse tempo, Jorge Revez, em «Os “Vencidos do Catolicismo” – Militâncias e Atitudes Críticas (1958-1974)», analisa o drama, centrado em dois caminhos individuais e na sua inserção na história portuguesa. Daí a interrogação sobre o «vencidismo», mesmo entendendo-se que não há uma geração com coerência intrínseca, nem um projeto marcado.

O “AGGIORNAMENTO” E O “DESCOMPROMETIMENTO” DA IGREJA

É o tempo do «aggiornamento» que levará ao Concílio Vaticano II e que coincidirá com o progressivo «descomprometimento» da Igreja Católica com o Estado Novo. No Concílio intervêm D. António Ferreira Gomes e D. Sebastião Soares de Resende. Em 1959, diversos católicos (como Manuel Serra) participam na tentativa de golpe da Sé. Recordem-se, aliás, o documento de Francisco Lino Neto «Considerações dum Católico sobre o Período Eleitoral» (Junho de 1958), os abaixo-assinados de 1959 e o «manifesto dos 101» (de Outubro de 1965). Trata-se de textos fundamentais sobre a necessidade da democratização, sobre a polícia política e sobre a autodeterminação dos povos de África. No último caso, Nuno Bragança empenhou-se pessoalmente em assegurar que o Cardeal Cerejeira recebesse no Vaticano, onde se encontrava, um pedido para não desautorizar os católicos signatários desse documento que punha o dedo na ferida dos temas do pluralismo e do futuro de África. De facto, o Prelado recebeu o empenho e não pôs em causa diretamente os católicos signatários, o que os deixou satisfeitos, indo António Alçada Baptista ao Aeroporto da Portela para receber o Cardeal em sinal de reconhecimento.

A ida do Papa Paulo VI ao Congresso Eucarístico de Bombaim (1964) gera forte polémica. Em 1965, o fecho da Sociedade Portuguesa de Escritores leva a que o CNC, sob a presidência de Sophia de Mello Breyner, acolha os autores espoliados da sua associação. Nasce entretanto o «Direito à Informação» (com Maria Natália e Nuno Teotónio Pereira, António Jorge Martins e Frei Bento Domingues), e verifica-se que são os cristãos a colocar com maior ênfase a questão colonial e a autodeterminação... «Tenho uma dor chamada Portugal / país defunto talvez unto para nações vivas / Portugal meu país de desistentes / terra mordida por soares dos reis / por antero camilo ou trindade coelho / Suicidou-se nestes homens o país / um país de província Portugal...». Assim se exprime Ruy Belo. É uma reflexão do português e do cristão. E António Alçada sublinha a contradição dramática: «Falou-se então na morte de Deus. Na verdade, era necessário que esse Deus morresse porque estava a tomar o lugar de um outro que se confundia

com o mistério da nossa liberdade que é também a consciência de enfrentar um mistério que é a essência do novo Deus que se anunciava»... Jorge Revez procura dar-nos a chave do que, para si, está em causa, unindo os temas ligados: «o vencidismo desses católicos foi, provavelmente, o resultado ou a expressão de um processo de deslocação cuja movimentação principal seria a da secularização, em que, inconformados com a estrutura religiosa de que faziam parte e face às novas dimensões da experiência humana com as quais vinham contactando, optaram pela rutura». Quando Sophia de Mello Breyner Andresen diz na vigília da Paz de 1969 «vemos, ouvimos e lemos não podemos ignorar», é o alerta em nome da liberdade que se ouve. Estamos perante a recusa do fatalismo. O «rompimento é também, em última análise, uma busca de autenticidade na vivência de uma fé que muitas vezes não se esvaziou por completo, apesar do anterior denominador comum, a igreja, nos finais dos anos 60, ter perdido a sua capacidade mobilizadora e envolvente no quadro da experiência religiosa». O fenómeno é, assim, amplo, tendo a ver com a secularização e com a modernização (política e social) do País, mas também de um nova exigência de espiritualidade e de defesa da dignidade da pessoa humana. Estamos diante de uma Igreja em busca de recomposição.

TESTEMUNHO DE JOAQUIM LOUREIRO

ERA UMA VEZ UM GAGO
NO “TEUC” DE PAULO QUINTELA

Foi com curiosidade, na companhia de minha mulher, que fui ver o filme “O discurso do rei”. Embora cada caso seja um caso, é sempre divertido constatar como se “nasce” GAGO e que, por um acaso da história, deixámos de o ser. Com duas diferenças: nunca fui “príncipe herdeiro” e nunca tive um professor contratado que me ajudasse a combater o ...“defeito”!

Foi uma risota quando o Rei, sem paciência para aturar a gaguez do PRINCÍPE, lhe dizia: DESEMBUCHA! É que também me aconteceu algo de parecido, quando a minha mãe me levava à missa. Eu era de tal modo gago, que até gaguejava ao fazer e dizer o “Sinal da Cruz”: “Pe... pe... pe... pelo sinal da Santa Cruz, ...” A minha mãe, sem paciência, interrompia-me e exclamava: “DESPACHA-TE ESTAFERMO”!!!

E nunca consegui saber quando comecei a ser gago, pois desde que me conheço, desde criança, que era gago. Guardo a memória da minha querida professora primária, a D.Olímpia, que sempre me tratou de uma maneira diferente; e, imaginem, me deu o único 20 (valores) em toda a minha vida de estudante. Mantivemos contactos até aos meus 17 anos quando ela foi dar aulas para Moçambique. Regressou à “Metrópole” pouco antes do 25 de Abril: fui vê-la de imediato. Ao cabo de uma longa conversa, de umas três horas, que eu ocupei quase em exclusivo, ela exclamou: “Joaquim, eu não te conheço! Onde está aquele menino tímido e gago?! Que não sabia onde pôr as mãos quando falavam com ele?! Eu nem te conheço!

Enfim, tinha decorrido uma longa caminhada: ainda recordo que as minhas duas primeiras “declarações” a uma mulher, tiveram de ser por escrito! Às minhas filhas custou a acreditar que o pai “actual” tivera antecedentes tão absurdos. Feita a 4ª classe, tive de ir estudar para o Liceu de Leiria, onde a minha mãe me entregou aos cuidados do Pe. Vieira da Rosa, que ficou a ser o meu “director espiritual” e a quem eu “ajudei” à missa, ainda em latim (freguesia de Parceiros).

Para bem identificar o ambiente de Leiria, em concreto na área da juventude, o mesmo Sacerdote era o Director Espiritual da “Congregação de Nossa Senhora de Fátima e do Beato Nuno de Santa Maria”: para quem tudo era “pecado”, principalmente olhar para baixo da cintura! A dança, então, era a imitação de um acto que, normalmente, se pratica na horizontal! A parte mais “divertida” era assistir a uma representação “teatral” no Seminário de Leiria: os papéis femininos eram escolhidos a partir do aspecto mais ou menos efeminado do “actor”! Imaginem os meus tormentos, eu que sempre gostei de comunicar, que tenho a paixão de estar com os (as) outros (as). Não entro em mais pormenores!

E, assim, cheguei a Coimbra, ainda gago: verdade seja dita que a minha passagem pelo Liceu Nacional de Santarém, pelos professores, pelos Colegas, pelo meio cidadão foi diferente. Pela primeira vez, tive chave própria para entrar e sair de casa quando entendesse!

Tendo chegado a Coimbra no ano escolar de 1955/6, logo a seguir ocorreu a “crise” do Decreto-lei 40.900. Por sorte caí num grupo de colegas e amigos (Reinaldo, Gil, Orlando, etc.) com outras perspectivas e outros itinerários. Com a Universidade em polvorosa, era difícil que a “crise” nos passasse ao lado, como aconteceu comigo. Curiosamente, com uma direcção da A.A.C., de direita (Presidente-Rui Alvim), a revolta dos estudantes acabou por ser encabeçada pelo Presidente da Direcção, para evitar o seu controle pela Oposição e poder acontecer ainda pior.

Tendo sempre conservado a matriz católica, bebida através do leite materno, desde cedo evolui para uma perspectiva diferente da do cristianismo oficial, ligada a uma Igreja “Concordatária”.

Bastou-me ir assistir duas vezes a reuniões do C.A.D.C. para concluir que “esta não é a minha Igreja”. Mais tarde, no tempo do GEDOC (Pe. Felicidade Alves), assumimos, mesmo, uma posição de marginalidade eclesial! O que, então, já em Famalicão, me provocou outras “complicações” com a Igreja “bracarense”: nada satisfeita quando se apercebeu que eu distribuía clandestinamente o boletim do GEDOC. Ainda por cima, em Famalicão, participei em diversas iniciativas com algum embate social: formação de um “cine-club”, um grupo de teatro na Escola Técnica, conferências (liberdade religiosa + celibato eclesiástico) e uma “feira do livro” na sede do “Famalicense”. Acabei por ter de pedir a demissão de Presidente do F.A.C., devido à ameaça do Presidente da Câmara Municipal de boicote nos subsídios camarários! Então, só tive o apoio formal do DR. EUGÉNIO MESQUITA (Direcção) e do SR. ÁLVARO GIL (Assembleia Geral): honra às suas memórias!

Entretanto, um ano depois, entrei para uma “República” e, logo a seguir, pedi para entrar no TEUC e, pouco depois, para o “Clube de Cinema”. Para quem vinha da “aldeia” (Leiria – 5 anos + Santarém - 2 anos), a vida cultural que se vinha encontrar em Coimbra era um DESLUMBRAMENTO, em quantidade, variedade e qualidade de eventos. Aquelas foram as minhas escolhas de então, com o privilégio do contacto e amizade de duas personalidades extraordinárias: os Profs. Paulo Quintela e Orlando de Carvalho.

Para entrar no TEUC era necessário fazer um “exame”, normalmente através da declamação de um poema, perante uma assembleia divertida e a bonomia do Paulo Quintela. Lá preparei/decorei um poema da Velhice do Padre Eterno” (“como se faz um monstro”): a costela jacobina do Professor ajudou a compensar em relação ao nervoso do candidato. Como é público e notório, fui sempre um “actor” falhado e frustrado: fazia parte da equipa de cena (montar e desmontar cenários), participei no “coro” da Antígona e pouco mais. Já me esquecia: o Paulo Quintela organizava, de vez em quando, “coros falados”, que eram uma espécie de “orfeon” a declamar textos literários, com diferentes naipes. Para além das centenas de horas de ensaio com o “coro” da Antígona, tudo foi para mim um meio excelente de “adestrar”

a voz. Em determinada altura (1960?), tivemos em Coimbra a exibição desse grupo extraordinário que foi o “Jograis de São Paulo”, que me permitiu conhecer do melhor que havia na poesia de língua portuguesa (pela 1ª vez conheci o “Cântico Negro”).

Mas não foi só o aperfeiçoamento derivado de tal “adestramento” da voz: tenho para mim que a gaguez não deriva só de uma “deficiência”, embora tais exercícios ajudassem. Aliás, pouco depois, conheci um livrinho editado pelo T.E.P., sob orientação do António Pedro, cujos versos eu li e “martelei” centenas de vezes (Ex: “o rato roi a rolha da garrafa”). Nessa minha caminhada, ocorreu um desenvolvimento no sentido de maturidade e crescimento psicológicos. Tive, então, o privilégio de conhecer e conviver com um grupo extraordinário de amigos em Coimbra, nomeadamente no T.E.U.C.: até com as mulheres que amei, que me ajudaram a crescer, a combater os meus complexos e os meus traumas mais íntimos. Em plena DITADURA, o TEUC foi então, graças à coragem, inteligência, sensibilidade e cultura do PAULO QUINTELA, um verdadeiro espaço de liberdade, enfim de democracia; porque, então, havia no TEUC espaço para diferentes sensibilidades políticas, religiosas e, até, de opção de orientação sexual!

A minha última fase já se passou na fase final do curso e no início da advocacia, na qual dei aulas a alunos do ensino secundário: num convento de padres dominicanos, num colégio e numa escola comercial e industrial. Como preparava meticulosamente as minhas aulas, tal permitia-me expor a matéria, sem necessidade de ler o meu texto, utilizando-o como um simples esquema: progressivamente fui-me controlando, adquirindo segurança e fluência, dando às minhas aulas uma sequência “normal”. E até adorei dar aulas, adorava comunicar e tive sempre êxito com os meus alunos. Eram uma alegria!

Porém, pouco tempo depois (Junho de 1968), o SALAZAR tirou-me essa ALEGRIA (e não só!) e expulsou-me do ensino, por causa do meu curriculum académico (ter pertencido ao TEUC e aos corpos gerentes da A.A.C., também estava anotado na minha ficha da PIDE), para além de ter participado na campanha do General

Humberto Delgado e outras actividades (então) perigosas: “não dá garantias para a realização dos superiores interesses do Estado, nem de se integrar na ordem política vigente!” Mais ou menos assim: não chegava assinar a Declaração 1901 (não pertencer a nenhuma associação secreta – “Maçonaria”) e a Declaração 27003 (activo repúdio pelo comunismo e por todas as ideias subversivas).

De modo que, após tal expulsão em 1968, perdido por 10, perdido por 100: a convite do Dr. Armando Bacelar, comecei a participar no “Movimento da Oposição Democrática” (C.D.E.), em concreto na campanha eleitoral de 1969. E aí, nos comícios diversos, tive como um dos parceiros o Dr. Lino Lima, que tinha alguns aspectos de gaguez, controlada, em alguns aspectos semelhantes ao meu caso. E foi ele que me deu o último empurrão: “Loureiro, não debes ler o texto do teu discurso, que te amarra, que te faz perder fluência e que possas gaguejar. O texto que fizeste tem de ser uma espécie de muleta, que te dá segurança, que pode permitir-te alguma improvisação e, até, meteres algumas “buchas”!

E assim foi: imaginem, cheguei a “empolgar” a multidão que enchia o Teatro Circo (Braga), quando, provocatoriamente, falava na guerra colonial ou evocava os cães-polícias e os polícias feitos cães! Dentro do C.D.E., entre os seus dirigentes, predominavam os “velhos republicanos” (jacobinos e anti-clericais) e os jovens vindos das correntes marxistas. Graças a ser católico e conhecer bem a Doutrina Social da Igreja, acabei por ser uma espécie de “católico de serviço”: para demonstrar que a sua “Doutrina” (Ex: Vaticano II) impunha a defesa da democracia e a condenação da ditadura. A seguir ao 25 de Abril, eu, o Artur Lopes, o José Augusto Lopes, o José Azevedo, a Maria Luísa e outros, “ajudámos” a ... Transição!

Nesta caminhada, que começou quando ia à missa com a minha mãe (de quem sempre gostei muito!) até aos comícios políticos de 1969, não posso deixar de voltar a evocar a saudade e a amizade dos amigos que conheci no TEUC, muito especialmente do Prof. Paulo Quintela. Que saudade!

TESTEMUNHO DE JOSÉ ANTUNES RIBEIRO

A minha pequena intervenção na Tertúlia NÃO APAGUEM A MEMÓRIA/INSTITUTO SÃO TOMÁS DE AQUINO sobre este tema da participação dos católicos chamados progressistas deveria servir de base para este texto. Acontece, porém, que fui discorrendo ao sabor da memória e não será fácil reproduzir de memória aquela conversa.

Referirei antes de mais a feliz coincidência desta Tertúlia se realizar no Convento dos Dominicanos de quem fui aluno na meninice e na juventude e onde aprendi imenso até a contestar alguns métodos dessa educação aí ministrada ao tempo e onde com uns amigos ajudei a fundar pelos meus 15/16 anos um jornal clandestino de crítica à disciplina que ali vigorava e que tinha o sugestivo título de *PÓLVORA*.

A minha presença naquilo que se designou por católicos progressistas e o contributo cívico que pude desenvolver tem nomes e circunstâncias que aqui recordarei. Em primeiro lugar, o incontornável nome de António Alçada Baptista, cuja Livraria Moraes Editores teve enorme papel na edição de livros do humanismo cristão, na colecção de Poesia, na edição de revistas como a *CONCILIUM* e *O TEMPO E O MODO*, onde nesta última colaborei, jovem chegado da província, a convite do Luís Salgado de Matos e de João Benard da Costa. Foi através do JBC que assinei diversos manifestos entre os quais o dos 101 católicos contra a Guerra Colonial em Outubro de 1965 e que tanta repercussão teve. Outros nomes fundamentais, entre tantos, não poderão ser ignorados nesta luta: Nuno Teotónio Pereira e sua mulher Natália, com quem colaborei nesse esforço de resistência, e o P. Felicidade Alves, autor desse fundamental *CATÓLICOS*

E POLÍTICA, que nos fornece muitos dos textos dessa luta e os manifestos então produzidos, sem deixar de incluir a *CARTA DO BISPO DO PORTO*, D. António Ferreira Gomes a Salazar, livro entretanto apreendido pela PIDE mas com vasta circulação garantida.

Também o movimento cooperativo desenvolveu intensa actividade cultural nessa altura. Nasceram várias cooperativas culturais, entre as quais a PRAGMA. A sua curta duração, assim como aconteceu a outras cooperativas, ficou a dever-se à mesma política de repressão contra a liberdade que vigorava das mais diversas formas: censura à imprensa, apreensão sistemática de livros, atentados à liberdade de reunião. É na sequência desse movimento cultural cooperativo que comigo nasce o **Ulmeiro**, livraria, editora e distribuidora e que se integra neste movimento de debate de ideias e de difusão livre do pensamento. Permitimos também por diversos meios que outros projectos livres cooperativos pudessem existir e foi especialmente importante o apoio que a Ulmeiro deu à Livrelco (a cooperativa livreira universitária), possibilitando importações e guardando com alguma segurança esses títulos cuja circulação merecia cuidados especiais. Foi uma época difícil mas exaltante em que católicos e não-católicos puderam trabalhar lado a lado contra a opressão que nos governou. A Ulmeiro nunca se transformou numa livraria de orientação católica. Fomos uma ponte para o diálogo nesse combate. Houve, naturalmente, experiências livres com essa orientação. Referirei a Livraria Multinova, com Manuel Bidarra de Almeida e Carlos Santos, e a Telos no Porto.

Não podemos ignorar o papel de algumas organizações ligadas à Igreja, como a JOC, a LOC, a JAC, a JUC, a JEC, que editou a revista CLUBE 21, em que participei, e foi uma lufada de ar fresco não só nos conteúdos mas também no grafismo.

Finalmente quero dizer que este testemunho é pessoal e não pretende ser exaustivo, mas gostaria de sublinhar o papel de tantos anónimos que de Norte a Sul do país se empenharam neste combate por um Portugal mais livre e solidário.

TESTEMUNHO DE JOSÉ DIAS

A GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

“A Construção de um Pipeline Informativo como Contributo para a Paz – Novembro de 70 a Novembro de 73”¹

SECÇÃO COLONIAL²

As lutas estudantis dos finais dos anos sessenta nas três universidades nacionais foram demolidoras para o regime.

As mulheres, os católicos, as novas esquerdas, tornam-se uma força emergente e permanente, somando-se às já existentes.

A luta anti-colonial assume uma nova centralidade no combate político dos baby-boomers instruídos, filhos das classes burguesas, média e média-baixa.

A guerra colonial vai com mais de oito anos. Em três teatros de operações. O número de mortos, de feridos, de refractários, de desertores, não cessa de aumentar. A emigração económica continua, silenciosa. A diplomacia internacional faz cada vez mais sentir o seu desconforto ao regime ditatorial.

As Forças Armadas estão exauridas. Os seus efectivos permanentes já não chegam. Intensifica-se o recrutamento junto dos conscritos oriundos das colónias. Mas também não chegam, particularmente para chefiar.

1 Texto escrito a partir das notas utilizadas pelo autor no testemunho que prestou na tertúlia do Não Apaguem a Memória e do Instituto São Tomás de Aquino, que teve lugar no Convento dos Dominicanos em Lisboa, a 22 de Fevereiro de 2014, intitulada “Os Católicos na Luta contra a Ditadura”, que moderou.

2 Texto construído a partir de relatos avulsos de cidadãos nacionais, creíveis, hoje com mais ou menos setenta anos, lidos em blogs e outras redes sociais. Basta uma breve pesquisa e alguma paciência.

Dezenas de rapazes, contaminados pelas brisas do Maio de 68, do Pós-Vaticano II, das crises académicas, atreitos à família, ao conforto, com percursos escolares recém terminados, em vias disso ou nem por isso, já com sintomas directos ou indirectos de rebeldia, mesmo de desafecção, provocado pelas intervenções sucessivas da PIDE/DGS, vão ver cessar os sucessivos adiamentos militares ou ter de atrasar a sua entrada na vida profissional.

Chamados a cumprir o serviço militar obrigatório, seguem para Mafra. Para o curso de oficiais milicianos. Há pressa em quem os convoca. E receio em quem é convocado.

Conheciam-se ou passaram a conhecer-se. São muitos. Chegam em vagas sucessivas. A Escola Prática de Infantaria em Mafra transforma-se numa proto Universidade Aberta. Estudam-se manuais de defesa e de ataque. Mas também novas cidadanias e cumplicidades. Alguns, talvez a maioria, aí entram como tementes à ditadura, mas quando saem pouco depois, são tenentes e capitães milicianos, sem saber o que os espera. Mas a cabeça não pára de se inquietar.

Vemo-los partir. Cautelosos. Vão surpreender-nos. Muitos deles. Segue-se, como exemplo, o percurso de alguns deles.

Chegam ao norte de Moçambique. Comandam tropas. A moral que os leva a combater é de muito baixa tensão. Comem o pão que o diabo amassou. Descuidam a vigilância da PIDE/DGS que apesar dos enormes efectivos ao longo do Império, já não controla tudo. As suas origens escondem ou amortecem o perigo. Não são objecto prioritário de investigação. Os serviços de inteligência não dispunham dos meios logísticos de hoje.

Relatórios militares com a indicação de secreto, conhecidos por perintrep e sintrep, de uma enorme minúcia sobre as posições da tropa amiga e inimiga, passam-lhes pelas mãos amiúde. Lembram-se do papel que tiveram nas associações de estudantes como fautores e distribuidores da informação policopiada e do prazer que lhes dava lê-los e distribuí-los. Sorriem no meio do pântano.

Mas há que, dentro do prazo a que são obrigados, queimar os documentos. As assinaturas para tal são conseguidas. Quem manda pode. *De jure* “já eram”. Mas “*de facto*” talvez não.

Os documentos acumulam-se e “queimam” quem os retêm. A frequência de voos entre os aeroportos militares do norte de Moçambique, como de Nampula para a Beira e Lourenço Marques, é a de tempo de guerra. Muitos. Os documentos estão irrequietos.

Os oriundos do norte de Cabo Delgado chegam à capital, Lourenço Marques, após 2.500 km. Por via aérea. Limpos e legíveis. A sua Longa Marcha começou. Em Novembro de 1970. O pipeline começa a ser montado.

De imediato ou com ligeira espera, por mão amiga, civil ou militar, nas barbas das autoridades, insuspeitos cidadãos transportamos. Não saberão, todavia, o que levam. E o que pode valer o que levam. Excelente.

À primeira vez com medo, à segunda com prazer. A TAP e a aviação militar operam num vaivém frequente Lourenço Marques – Lisboa.

Os irrequietos e preciosos documentos chegam a Lisboa. Percorreram mais 16.000 km. Acabaram por andar muito e depressa.

II. SECÇÃO DA RESISTÊNCIA³

Apesar de o regime ser católico, desde praticamente 1926 e até 1974, o dissenso católico existiu. Por períodos mais curtos, mais espaçados, com vozes solitárias, até 1958. Mas, as eleições de Delgado e a carta do Bispo do Porto marcaram um novo tempo. O pós-Vaticano II e a recepção por Paulo VI aos líderes do PAIGC, do MPLA, da FRELIMO, vão erguer uma força emergente e inesperada. Nascem os Católicos Progressistas. Educados para serem tementes a Deus, como os demais, vão ser ‘possuídos pelo Diabo’.

3 Texto construído a partir de simples pesquisa no sítio do CIDAC - <http://cidac.pt>, de conversas avulsas com membros do BAC, da leitura do texto/testemunho de Luiza Sarsfield Cabral, no debate do Não Apaguem a Memória “ Os Católicos na Luta contra a Ditadura”, da leitura do texto “Irmãos do Ocidente – Solidariedade na Holanda com Moçambique, 62-05, Sietse Bosgra, Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique, Instituto Holandês para a África do Sul, 71 pp, Paul Staal, Pg 32”, retirado do Google.

As questões da Guerra e da Paz são-lhes particularmente sensíveis. A Hierarquia tremelica. O regime espanta-se. Ótimo! Temos novidade! Chegam já depois de outros. É verdade. Mas chegam frescos e com novas ideias e práticas. Vão surpreender muita gente, da situação e da oposição.

A sua história está datada e bem escrita. Alguns dos seus líderes estão vivos. Importa tão só avivar pormenores. No que à luta anti-colonial respeita.

No início dos anos 70 começam a circular os Sete Cadernos Sobre a Guerra Colonial, herdeiros do Direito à Informação e contemporâneos dos cadernos GEDOC. A informação que transmitem é demolidora. Revelam muito do que não se publica, devido à mordaza da censura, mas que a imprensa internacional faz circular. Como novos apóstolos distribuem o pão sob a forma de texto e palavra. Precisamente a fome que urgia matar. A da informação. Foram prospectivistas. Coisa rara à época e hoje.

O Grupo, de mulheres e homens. é pequeno e muito coeso. Alarga-se pela cumplicidade de tantas e de tantos, numa heterogeneidade de tarefas complementares. A série considera-se concluída. Toda uma história. Para aquecer e encorajar. As Edições Afrontamento publicaram-nos em livro.

O volume de informação que lhes continua a chegar impele-os a nova empreitada. Publicam nove boletins conhecidos por BAC, Boletim Anti-Colonial. Fontes frescas alimentam o caudal informativo. Toda uma outra história. Um autêntico centro de documentação, reflexivo e operativo. Civis com raciocínio militar. É obra! E, talvez, inédito!

Atentos à sua corajosa iniciativa e confiantes no contacto, portadores dos documentos anteriormente referidos, guardados em boas mãos em Lisboa, começam a drená-los a bom ritmo para o Grupo. O perigo aumenta. As cumplicidades também. Numa relação directa e confiante. O pipeline precisa de continuar a ser construído.

Jornalistas oriundos dos Países Baixos passam a visitar Portugal, após as eleições de 69. Pretendem conhecer os rostos da nova oposição emergente. Acabam por contactar, entre outros, membros

relevantes do grupo do BAC. Não era difícil dar com eles. Tudo na legalidade, casas, empregos, vidas. Dão-se conta da oportunidade. Informam o Angola Comité, em Amesterdão, do alcance do que acabam de conhecer. Um dos mais antigos e prestigiados grupos de acção anti-colonial na Europa, próximos dos movimentos anti-coloniais. As vindas e idas tornam-se recorrentes. O Grupo do BAC e o Angola Comité estabelecem relações fraternas. O pipeline ganha músculo.

Os documentos originais, agora fotocopiados, passam a percorrer mais 2.000, por via aérea.

III. SECÇÃO ANTI-COLONIAL⁴

A FRELIMO tem um representante permanente em Amesterdão, que toma boa nota da qualidade e veracidade dos documentos. Um conjunto de diamantes chega às suas mãos. Mas falta lapidá-los. Por quem mais precisa deles. E tenha conhecimentos para tal.

Os voos regulares de Amesterdão para Dar-es-Salam, capital da Tanzânia, onde a FRELIMO tem uma forte delegação, dadas as relações de cumplicidade com Julius Nyerere, seu Presidente, passam a transportar os documentos, por correio expresso ou em mão.

São analisados com minúcia. Acabaram de percorrer mais 10.500 km. Por via aérea.

Pela sua acuidade seguem de imediato para o quartel general avançado da FRELIMO em Nachingwea, por via aérea, percorrendo mais 500 km. Voo doméstico. A via aérea cessa o seu contributo.

Daqui já não saem mais. Mas as colunas motorizadas e apeadas, de guerrilheiros da FRELIMO, fazem chegar o essencial da informação aos comandos na frente de guerrilha. Os últimos 300 km foram percorridos. Com sucesso. Pela primeira vez por terra.

4 Texto construído a partir de testemunho de Joaquim Chissano, comandante da FRELIMO e Presidente da República de Moçambique, dado a Joaquim Furtado, jornalista da RTP, transmitido e ouvido num dos programas da série A Guerra.

CURIOSIDADES DO PIPELINE:

Continentes abrangidos – África e Europa

Países envolvidos – Moçambique, Portugal, Holanda, Tanzânia

País em guerra – Moçambique

País em ditadura – Portugal

Democracias – Holanda, Tanzânia

Vinte e cinco anos após a II Guerra Mundial, talvez tenha sido:

- o mais extenso - 32.000 km, obtidos com recurso ao Google Mapas
- o mais rápido – na fase mais afinada, os documentos demoravam entre uma semana a dez dias a viajar de montante a jusante
- o mais seguro – os documentos eram transmitidos exclusivamente face a face, estávamos ainda longe do facebook
- o com menos gente envolvida – cerca de 20 pessoas, por estimativa
- canal de drenagem de documentos em teatro de guerra, entre “inimigos” distanciados de poucos metros

NOTAS FINAIS:

- O pipeline foi cortado em Lisboa, em 25 de Novembro de 73, devido à prisão de grande parte dos membros do BAC pela PIDE/DGS, conforme numerosos relatos sobre o assunto
- Todavia, porque a polícia política nunca apanhou todos os seus membros, ainda foi possível fazer chegar, a partir de Lisboa para o Norte de Moçambique, quer para o lado da tropa nacional quer para o lado da guerrilha, a informação das prisões e a boa notícia de que de um e de outro lado, frente a frente, estavam oficiais da mesma geração, contemporâneos das lutas académicas, oposicionistas, que afinal estavam do mesmo lado e não frente a frente, combatendo o mesmo inimigo, a ditadura nacional/colonial.
- Nos últimos meses antes do 25 de Abril, na frente Norte de Moçambique, a situação era de não guerra e os bilhetinhos

deixados e transmitidos de um lado para o outro passaram a ter conteúdo de cumplicidade.

- Há breves partes do texto que são obviamente ficcionadas, dada a impossibilidade da sua comprovação.

EM HOMENAGEM A TODAS AS CIDADÃS E A TODOS OS
CIDADÃOS QUE ENTRE 1926 E 1974 SE INDIGNARAM,
SE EMPENHARAM E CONTRIBUÍRAM PARA O CAMINHO
DA ESPERANÇA QUE SE ABRIU NO 25 DE ABRIL

TESTEMUNHO DE LUIZA SANSFIELD CABRAL

Pediram-me um testemunho sobre a minha intervenção política antes do 25 de Abril... Digo quase sempre que sim a este tipo de solicitações, pois acho importante que não se “apague a memória”... Aceitei o convite também porque o interpretei como uma espécie de homenagem à Natália e ao Nuno Teotónio Pereira.

A minha actividade, nessa época, foi semelhante à de muita gente. No Porto, trabalhei na Mojaf, pertenci à Cooperativa Confronto, depois vim para Lisboa, para a Faculdade de Letras, onde participei nas greves universitárias.

Conheci, então, a Natália e o Nuno Teotónio Pereira, que foram absolutamente determinantes numa maior responsabilização cívica e política de um grande número de pessoas, entre as quais me incluo. Desde então, fiquei sempre ligada ao grupo a que chamam “católicos progressistas”, embora ninguém, que eu saiba, se designe a si próprio desta maneira.

Entrei em contacto com o *Direito à Informação*, o *Gedoc*, a [Cooperativa] *Pragma*, fui várias vezes a Madrid com a Natália e o Nuno para reuniões com o grupo dos *Cuadernos para El Dialogo*, participei em muitos “terceiros sábados” – uma iniciativa, também da Natália e do Nuno: eram celebrações da eucaristia, que sendo autênticas, serviam de cobertura à troca de informação clandestina.

Das várias actividades, lembro um fim-de-semana em Marvão, na casa do Nuno, em que um grupo de amigos (entre eles o frei Bento Domingues) se encontra num fictício piquenique à beira-rio, enquanto que a minha irmã Teresa e eu acompanhávamos dois amigos até à fronteira, onde “deram o salto” para Espanha para assim fugirem à guerra colonial. Depois, descemos até ao rio e regressámos a nado para junto das pessoas.

Era esta uma ajuda organizada que o casal Teotónio Pereira dava frequentemente.

ACERCA DO BAC (BOLETIM ANTI-COLONIAL)

Moro num andar que tem duas portas de acesso, uma dá para a casa e outra para um anexo praticamente independente. Em 1972, instalou-se aí o arquivo do BAC.

Lá trabalhavam o Nuno, o Luís Moita, o Manuel Brandão Alves (que viria a ser preso na Escola Naval da Marinha), o padre jesuíta José Sousa Monteiro e eu. Era sobretudo um trabalho de arquivo; havia muita documentação sobre África e a guerra colonial. Por questões de segurança, não sabia quem elaborava o boletim, nem quem o distribuía. Havia uma história combinada com o Nuno, em como alugava essa parte da casa a um agente técnico. Inventaram-se os pormenores do contracto e eu vendia essa história à família e amigos, que nunca desconfiaram de nada. Claro que a situação obrigava a cuidados. Nessa altura, não podia aceitar convites de certo risco, pelo que volta e meia era criticada, diziam-me que me estava a “aburguesar”. Por exemplo, não fui à vigília da capela do Rato para não pôr em perigo aquilo que tinha em casa.

Até que, a 26 de Novembro de 1973, estava a preparar uma aula, batem à porta. Não sabia das prisões do Nuno e do Luís. Fui abrir, vi que a porta para o anexo estava já aberta, percebi logo...Eram três ou quatro agentes, começaram por entrar para o arquivo. Estavam exuberantes com o que encontravam, “olhem para isto!, diziam alto, atiravam tudo pelo ar, as fotografias de Wiryamu [massacre cometido pelas tropas portuguesas, em Dezembro de 1972, no norte de Moçambique] voavam... e eu fingia que não tinha nada a ver com aquilo e repetia a história combinada.

Levaram-me para Caxias.

Logo nessa noite, tive o primeiro interrogatório, comprido. Era uma sala grande com muitos polícias, numa berraria. Eu sempre a repetir a mesma história. Fulos, acabaram por ir buscar um cassetete, mas não me bateram. Até que, por fim, mostram-me

a fotografia do Nuno, ainda molhada. Foi a evidência: percebi que estava preso.

Mandaram-me para a cela dormir e, no dia seguinte, depois do jantar, deram-me um Valium, que estupidamente aceitei, toda contente. Quando estava no sono mais profundo, acordam-me e levam-me para o reduto sul.

Aí fiquei durante quatro dias e quatro noites em tortura do sono, com interrogatórios violentos: dava-se aquela cena do polícia mau que grita e ameaça e depois, vem o polícia “bom”, que diz, amavelmente: “confesse, confesse, se confessar, amanhã pode estar em casa sossegada”.

Mas havia pouco a dizer, eles tinham apanhado tudo, perguntavam coisas estranhíssimas, queriam saber de pessoas que não tinham nada a ver com aquilo, foram buscar nomes à minha agenda e também perguntavam por uma mala e por explosivos, perguntas, para mim, tão estranhas como tudo o resto. Pelo meio, houve o feriado de 1 de Dezembro, em que estive praticamente sem interrogatórios (os polícias gozaram o feriado), mas continuei sempre sentada na mesma cadeira.

Até que, no último dia de tortura, começaram a implicar com um gravador que eu tinha para as aulas, havia lá qualquer coisa em alemão, eles não percebiam as minhas explicações, uma confusão e lembro-me de dizer ao agente: “Eu já lhe disse... lá em baixo...”.

Ora, eu não tinha saído da mesma sala, mas parecia-me que sim, ainda hoje penso nos interrogatórios como se fossem em salas diferentes. O agente percebeu que eu começava a ter alucinações e mandou-me dormir.

Quero aqui destacar que a ignorância propositada, metódica, sobre acções e envolvimento das outras pessoas do grupo foi muito importante para mim: ajudou a manter uma certa calma e, sobretudo, não podia dizer mesmo nada, estava ignorante.

A grande angústia em relação aos interrogatórios era o pânico de implicar alguém com as respostas que ocorriam. Foi esta a tortura pior, para mim. Tudo era engendrado para dar insegurança. Ao fugir de uma provocação, corria-se o risco de entrar por um caminho que não se queria. E sem contacto com o exterior, não

se podia verificar nada, começava-se a imaginar novos enredos, a ter escrúpulos horríveis de se ter prejudicado este ou aquele, sem controle de nada. Até o híper aquecimento da sala era planeado para provocar alucinações mais rapidamente. Era o princípio da incerteza absoluta. Cá fora, não se pode imaginar o que isso é de tortura psicológica.

Depois, fiquei um mês em regime de isolamento, com alguns interrogatórios pelo meio. Não tinha literalmente nada para me distrair, nem livro, papel ou lápis. No Natal, pedi uma Bíblia, mas não me deram.

Depois do Natal, comecei a ter visitas da família e, no princípio de Janeiro, levaram-me para uma cela com mais três raparigas: a Fátima Pereira Bastos, a Conceição Moita e a Maria José Campos. Já conhecia a Fátima e a Xexão, foi uma alegria, conversámos até às tantas da noite, não ligando aos ralhos da guarda prisional.

Aí fiquei mais um mês e meio. As três pertenciam a grupos de luta armada e tinham sido barbaramente torturadas. Demo-nos muito bem, apesar das diferenças: eu era a da “papelichada”, ou seja, sem grande categoria. Não percebia nada sobre luta armada.

Saí sob caução, à espera de julgamento. Francisco Sousa Tavares, de quem era amiga, ofereceu-se para ser meu advogado.

Quando saí da cadeia, fui para casa do meu irmão Francisco. Lembro-me de que a primeira coisa que fiz foi visitar a mãe da Xexão. E não sei bem que mais andei a fazer, que a Pide começou a mandar-me recados: que tivesse cuidado, que andava a falar demais... Quer dizer, estava a ser seguida... Era o prolongamento da prisão, cá fora.

Voltei à Escola. Do Ministério, veio um despacho: era considerada “pedagogicamente inconveniente” para dar aulas. Soube, mais tarde, que se previa o meu afastamento e não seria colocada no ano seguinte.

Felizmente, deu-se o 25 de Abril.

NOTAS

1. Acerca do que se passou na Escola depois do 25 de Abril: na pouca sensata euforia de saneamentos que grassava, a Directora foi saneada. Senti o dever de a defender.
2. Em pleno gonçalvismo, cruzei-me no Terreiro do Paço com uma guarda prisional. Reconheci a sua cara, não conseguia lembrar-me donde... Dirigi-me a ela e saudei-a... Só então me dei conta de quem ela era, de onde a conhecia...
3. Digo sempre que não me custa falar sobre Caxias, mas o facto é que estas coisas ficam e, afinal, não me foi assim tão fácil falar...

TESTEMUNHO DE MARIA DA CONCEIÇÃO MOITA

Neste momento peço a palavra para exprimir o que neste momento não posso calar.

Dizer que desde que entrei nesta sala e ao longo de todo o encontro me sinto profundamente emocionada. Há muitos que aqui não estão e cuja presença entre nós não pode ser esquecida. Companheiros que são referências fundamentais neste nosso percurso comum. Companheiros que o foram no sentido mais fundo da palavra e com os quais vivemos as aventuras mais bonitas e as lutas que se nos impunham. Lembrá-los é, neste momento, a mais natural das ideias. Reconhecê-los, embora seja impossível nomeá-los, manda a justiça e a gratidão.

Dizer que nesta história que é a nossa não há tarefeiros mais importantes que outros. Alguns terão os seus nomes em livros e documentos escritos a *bold*. Mas houve lutas que só viram êxito porque tiveram a tecê-las gente que discretamente foi executando tarefas simples, mas essenciais. Por isso, faz todo o sentido lembrar a multidão daqueles que, sendo menos conhecidos, não podem deixar de ser reconhecidos. Que nenhum se sinta excluído da alegria de ter contribuído para que o presente seja outro. E isto porque não houve tarefeiros menores.

Por último queria só dizer que, para mim, fazer memória do passado só tem sentido quando me põe de sentinela no presente. Uma vida empenhada não prescreve. E nenhum de nós se pode dar ao luxo de considerar que já fez o que tinha a fazer. Resta o aqui e o agora. O nosso tempo é este. A situação que vivemos é de tal gravidade que exige que o nosso velho compromisso com a justiça, a liberdade, a dignidade e a paz se reacenda e nos faça encontrados na luta.

Abraço a cada uma e a cada um.

TESTEMUNHO DE NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

Caras e caros participantes na tertúlia sobre “Os católicos na luta contra a Ditadura”,

Não podendo estar entre vós neste momento, saúdo esta iniciativa do movimento Não Apaguem a Memória e do Instituto S. Tomás de Aquino, dada a importância histórica dos acontecimentos de que se ocupará, que estão a cair no esquecimento.

Quando Salazar chegou ao poder, primeiro como ministro das Finanças e pouco depois nomeado Presidente do Conselho, recebeu o apoio massivo dos católicos, o qual persistiu durante muitos anos, apesar do carácter cada vez mais ditatorial do regime. Isso terá porventura acontecido por causa do poder que a Igreja deteve em Portugal durante séculos, que apenas começou a ser contestado após a instauração da República em 1910.

Só assim se pode explicar esse apoio à ditadura salazarista durante tanto tempo e a sua indiferença perante os meios da repressão que o regime impunha e que se sobrepunham, por vezes, à própria Igreja.

De entre estes meios repressivos, os mais cruéis foram sem dúvida a polícia política, que chegava a exercer o seu domínio sobre as direcções de todos os grupos de carácter associativo, incluindo os sindicatos de trabalhadores (eu próprio fui por duas vezes excluído da direcção do Sindicato dos Arquitectos, apesar de eleito para o cargo), e a censura totalitária que abrangia todo o tipo de publicações e ações culturais.

No que respeita à censura, a atividade era tão despudorada, que todos os jornais publicavam na primeira página um pequeno retângulo onde se lia “Este número foi visado pela Comissão de Censura”.

Quanto à polícia política eram conhecidos os vexames e as torturas por que passavam anualmente centenas de cidadãs e cidadãos.

Perante esta situação ditatorial que durou mais de quatro décadas, a esmagadora maioria da população, que se dizia católica, permanecia de braços cruzados, incluindo o Episcopado, que se mantinha solidário com o regime, não ousando exprimir qualquer crítica ou, sequer, dúvida.

Foi neste quadro que o então bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreveu em 1958 uma carta a Salazar na qual denunciava alguns aspetos da situação. Este documento que, evidentemente, não pôde ser publicado em qualquer órgão informativo, levou alguns católicos, que entretanto haviam começado a denunciar os crimes do salazarismo, nomeadamente no seio da chamada Ação Católica, a organizar ações de protesto, através de encontros e publicações clandestinas, assim como de cartas abertas e abaixo-assinados públicos. Entre todos, não posso deixar de citar o P. Abel Varzim e o Eng.º Francisco Lino Neto, e ainda minha mulher Maria Natália Duarte Silva, que participou ativamente em todas estas iniciativas.

Mais tarde, na década de 1960, o foco passou a ser a denúncia da guerra colonial, vista como uma injustiça intolerável que atingia o povo português e os povos africanos sob dominação portuguesa e que constituía o “calcanhar de Aquiles” do regime. A luta pela paz, vivificada pelo Concílio Vaticano II e pelas novas responsabilidades reconhecidas aos leigos na Igreja, tornou-se central no pensamento e nas atividades dos então chamados “católicos progressistas”.

A ação dos católicos na luta contra a Ditadura foi-se progressivamente ampliando, ao longo dos anos, sendo uma das suas mais interessantes características o facto de ter construído pontes com muitos outros sectores da sociedade portuguesa – trabalhadores, intelectuais, estudantes – independentemente das suas crenças religiosas. Talvez por esta razão, o seu impacto foi muito além do que o número de pessoas realmente envolvidas o poderia fazer supor.

TESTEMUNHO DE RAIMUNDO NARCISO

CATÓLICOS, ATEUS OU AGNÓSTICOS IRMANADOS NA EVOCAÇÃO DA LUTA CONTRA A DITADURA FASCISTA

A Ana Pena é uma ativista do Movimento Não Apaguem a Memória - NAM - e em nome deste movimento cívico e em colaboração com o Instituto São Tomás de Aquino promoveu uma tertúlia no Convento dos Dominicanos, em Lisboa, em 22 de Fevereiro de 2014 que teve um grande sucesso.

A minha curiosidade pela iniciativa radicava não apenas no tema da tertúlia ***Os Católicos na Luta contra a Ditadura*** mas em especial por ser uma parceria com um instituto religioso e ter lugar num convento. Há que anos não entrava num convento! Por isso cheguei cedo e tive a recompensa de conseguir lugar na primeira fila do anfiteatro que a vasta assistência fazia em torno da mesa.

Por parte do NAM a ideia e a excelente organização deve-se à Ana Isabel Pena e ao José Dias. Avaliando pelos resultados, visto não ter melhor informação, estou convencido que o apoio do Convento dos Dominicanos e do Instituto São Tomás de Aquino foi decisivo. A Ana, via-se bem, andava por ali dando ordem a tudo e a todos animava com o seu sorriso para que esquecêssemos, lá fora, o governo e a crucificação dos portugueses, todos os que não sejam da roda do atual PSD/CDS ou não pertençam à casta dos donos de Portugal. O José Dias, coimbrão de muitos costados, para não o tratarmos por Sr. Dr., informou-nos que era da cidade mais universitária de Portugal mas que não utilizassem títulos porque não era especialista de coisa nenhuma. Moderou o debate e moderou de tal modo, com tanto humor e assertividade que a todos encantou. Comuniquei-lhe que noutra roda de amigos o anunciara como o

maior ativista de Coimbra mas que logo me emendaram, que não, não senhor, maior ativista... da União Europeia.

As intervenções seguiram o programa anunciado. Os testemunhos foram muito valiosos e os perto de duas centenas de assistentes bebiam as palavras, ora serenas ora emocionadas, de católicos que nos ofereciam, ali, comoventes e exaltantes, momentos únicos da sua vida na luta contra a ditadura onde não faltou o relato das prisões e das torturas sofridas às mãos da polícia política.

Depois de intervenções tão interessantes como a de Frei Bento Domingos, e refiro esta em nome de tantas outras, foi dada a palavra aos convidados e entre os que se atreveram a dar o seu testemunho também estava eu. Prevenindo eventuais resmungos de amigos meus espalhados pela assistência comecei assim: “aposto que alguns dos meus amigos aqui presentes estarão a interrogar-se: mas que vem agora aqui dizer, numa tertúlia de católicos, para mais num convento, um contumaz ateu?!”

Tentei desculpar-me e justifiquei a minha intervenção narrando algo da minha relação com a Igreja Católica e os católicos ao longo da minha vida.

Fui criado no Vilar do Cadaval, aqui na nossa Extremadura, uma aldeia que vivia ao ritmo do cultivo das vinhas e das badaladas do sino, primeiro da pequenina e vetusta capela, depois da nova igreja cuja construção mobilizou toda a freguesia, com trabalho voluntário e cotizações em dinheiro. O meu pai, que viveu muitos anos na sede do capitalismo, em Nova Iorque, veio de lá anticapitalista e também descrente da fé católica que regulava a vida em casa dos seus pais. Não ia à missa, caso único na aldeia, e pior que isso assumia-se como incrêu, o que ali era algo tão estranho que só era desculpável pela longa ausência nos Estados Unidos da América. No entanto, não se quis distanciar da total mobilização dos seus amigos e vizinhos para a construção da nova igreja e contribuiu mas... para a compra do relógio da sua torre que com fortes badaladas anunciaria pelos vinhedos afora os tempos de pegar e desapegar ao trabalho.

A minha aldeia, em assuntos de fé, pedia meças a qualquer pequeno burgo de Braga, tal era a religiosidade no comando da

vida. Na geração dos meus pais, quem mais avisado procurasse dar alguma instrução aos filhos enviava-os para o convento. Também entre os meus tios havia um padre e uma freira. O padre evangelizou por Moçambique e escreveu livros sobre os filhos de Deus da região de Gaza e, dando largas à sua curiosidade científica, também se dedicou ao estudo da pujante natureza, plantas e animais, que ali o surpreendeu. Mais tarde, já implantada a República e de regresso a Portugal, decidiu abandonar a Igreja e acabou professor na Universidade de Ohio, nos EUA.

A minha tia Maria José manteve-se fiel aos iniciais princípios e viveu e morreu como Maria do Santo Lenho, numa ordem de freiras reclusas, no convento de S. Bento, em Lisboa, que mais tarde se transferiu para Coimbra.

Já perdido para a fé católica nunca deixei de a visitar e dela me despedi, em S. Bento, quando em 1964 decidi passar à clandestinidade. Não a quis perturbar com anúncio tão indecifrável e traduzi-o por uma longa ausência no estrangeiro. Estrangeiro cá dentro. Prometeu rezar por mim. Estou certo que o fez e quem sabe se não foram tais orações que, nos dez anos de vida clandestina que levei, me livraram da prisão pela PIDE e consequentes torturas como vários testemunhos de católicos aqui hoje tão vivamente nos relataram.

Nas homilias do padre da minha aldeia, na viglância do regedor, na boca e no coração das gentes, a fé estendia-se a Salazar, um santo. De modo que na minha infância e parte da juventude na aldeia, padre, Igreja, Cristo, Salazar, Santa Comba Dão ou União Nacional era tudo partes de um mesmo todo e resumia o pensamento local.

Quando vim para Lisboa frequentar o liceu Paços Manuel, rapazinho com 10 anos, aboletado em casa de parentes afastados, frequentei a missa dominical levado pelos meus hospedeiros e recebia no liceu as recomendações do padre professor de Moral. Só comecei a deixar de ser crente aí pelos 13/14, anos quando voltei à aldeia para frequentar o resto do liceu em Torres Vedras onde já campeava o antifascismo e a religião católica aparecia como elemento cultural.

Algumas pessoas da aldeia eram muito sectárias, fanáticas. Verifiquei mais tarde que fanatismos não era monopólio da Igreja mas distribui-se exuberantemente por partidos políticos, clubes de futebol e não só. Na terra até a professora da minha irmã a tentou marginalizar dizendo na aula para as outras miúdas que ela não era batizada, o que até nem era verdade. As escolas primárias e também as secundárias estavam organizadas por sexos e eram femininas ou masculinas.

Mais tarde, já na universidade, entre a Faculdade de Ciências e o Instituto Superior Técnico, em Lisboa, a minha frequência do pujante movimento associativo, do cineclubes, da Seara Nova, abriu-me horizontes mais largos, permitiu-me conviver, dialogar e discutir acaloradamente com estudantes de diferentes ideologias e crenças, nomeadamente com colegas católicos organizados na Juventude Universitária Católica, em debates e atividades que, ainda que disfarçadamente, tinham um acentuado carácter político. Foi aí que começou a minha militância comunista e que iria perdurar três décadas.

É em particular na Universidade que me dou conta de estar frequentemente mais próximo de colegas católicos do que de alguns mais próximos do meu campo filosófico e político, no plano das preocupações sociais, do posicionamento a favor dos mais carenciados, dos marginalizados, no repúdio do regime fascista. Verificava assim que ser crente ou ateu, ter uma religião ou não ter nenhuma não era critério decisivo para os homens se entenderem no que é essencial à vida em sociedade. Viver em paz, lutar pela justiça social, pela cultura, pela democracia, pela liberdade.

A certa altura do meu envolvimento na militância partidária, tomei a decisão, que aliás muito me custou, de passar a viver na clandestinidade, isto é, viver com identidade falsa, longe de todos os contactos familiares ou de amigos, afastado dos lugares que tinham sido até aí o meu lugar na vida, com o único mas indispensável objetivo de poder mais intensamente lutar pelo fim da ditadura em condições de escapar melhor à prisão e às conseqüentes torturas da PIDE. Ia assumir a tarefa de colaborar na criação de uma organização armada que veio a ser a ARA – Ação Revolucionária

Armada, para atacar em especial as infraestruturas e a logística do Estado envolvidas na guerra colonial. Não se tratava de uma organização terrorista e tinha como orientação fundamental evitar vítimas pessoais fossem elas quais fossem, incluindo o “inimigo” principal, os agentes e quadros da PIDE/DGS. Pois na organização da ARA colaboraram católicos. Um deles fora então um elemento destacado da JUC, o Jorge Trigo de Sousa. Cito o nome porque ele foi publicitado no meu livro sobre a ARA com a sua autorização.

A Igreja católica portuguesa foi, como se sabe, sob a direção do cardeal Cerejeira, um sustentáculo decisivo do regime de Salazar. Mas sempre encontrei católicos e católicos praticantes que nesse período e no plano político se afastavam da conduta da hierarquia da Igreja portuguesa e a repudiavam.

O envolvimento dos católicos, nessa qualidade, na luta contra a ditadura, ganha expressão nos últimos anos do regime e tem um momento simbólico de grande significado com a célebre vigília e greve da fome, na Capela do Rato nos últimos dias de 1972 a qual aliás tinha precedentes, nomeadamente na ocupação da Igreja de S. Domingos, em Lisboa, três anos antes.

Curiosamente a suspensão provisória das ações da ARA, que aliás se tornaria definitiva, foi decidida politicamente porque se considerou que com o surgimento de novas camadas da população na luta contra a ditadura - e dava-se o exemplo da Capela do Rato e das movimentações dos “católicos progressistas” - as ações armadas em vez de constituírem um incentivo à incorporação de novas camadas da população na luta política poderiam ser um pretexto para a intensificação da repressão e assim prejudicar aquela.

Do envolvimento de católicos na luta contra a ditadura tivemos aqui valiosos testemunhos de alguns dos seus mais emblemáticos participantes como, entre outros, os de Nuno Teotónio Pereira e Conceição Moita.

Estão de parabéns o Movimento Não Apaguem a Memória e o Instituto São Tomás de Aquino.

25.º ANIVERSÁRIO DA PUBLICAÇÃO
DE *GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS*
DE JOÃO DE MELO

ALGUMAS PALAVRAS DE E SOBRE *GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS,* DE JOÃO DE MELO

José Antunes Ribeiro

25 ANOS

25 anos de um grande romance do século XX português, quase 25 edições. Para um profissional do livro e da leitura é um acontecimento literário a assinalar porque são os leitores que fazem os livros existir. E o livro também renasce no acto da leitura e cada leitor o reescreve dentro de si e da sua própria história. É um daqueles livros que vai continuar a ter leitores, seguir-se-ão novas edições e novas gerações de leitores. E se a política cultural não fosse o que é haveria de figurar como leitura obrigatória num Ensino tão carecido de riqueza literária. Estamos perante uma heróica e trágica saga familiar nas suas várias Peregrinações para Lisboa e o Canadá, sem esquecer esse ignorado lugar da província na zona centro do país onde Nuno vive a sua odisseia no Seminário.

Retrato cruel de um país cruel com esse pai tirano e esse Reitor feitos à semelhança e imagem do ditador que nos governou durante meio século, mas também onde a ternura e a poesia emergem em tantas páginas escritas com extrema inteligência: vozes, cheiros, ruídos, árvores, animais, o mar, os barcos, o azul do mar e dos olhos das pessoas, do mar, sempre o azul, o seminário, Lisboa, a infância, esse território sagrado sempre presente, A Ilha (sempre maiúscula!) e até as “dolas” do Canadá...

Texto literário, sempre. A Paixão da Literatura, sempre. A Língua portuguesa bem cuidada, sempre. O prazer do texto, sempre.

GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS comove-nos até às lágrimas. Há páginas magistrais e sublimes e merece ser lido e relido. Conhecer o Autor e ter vivido o mesmo espaço do seminário é um privilégio mesmo se as nossas infâncias têm muitos pontos comuns e também visões diferentes – é inevitável que assim seja. Porque a Vida e a Literatura brotam sempre das diferenças.

OBRIGADO, João de Melo!

UM OLHAR SOBRE O LIVRO “GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS” DE JOÃO DE MELO

António Santos Silva

Quando o Abel me pediu para dizer algumas palavras acerca deste romance do João de Melo que no ano passado perfez a linda conta de 25 anos e 23 edições, fiquei a um tempo feliz e agradado com o convite porque, embora o João não tivesse sido meu aluno, convivi com ele durante três breves anos no seminário de Aldeia Nova. Eu, como professor, ele como aluno.

De facto, quando ali cheguei em Outubro de 1962, na minha segunda estada, iniciava ele o seu terceiro ano

Um outro sentimento me tomou e esteve sempre presente à medida que ia lendo pela segunda vez e tomando alguns notas, do livro. Um receio muito sério e profundo das minhas limitações e de não pronunciar senão alguns lugares comuns que qualquer leitor poderia fazer. Por isso, não esperem das minhas simples e breves palavras um estudo muito abrangente do *Gente Feliz com Lágrimas*. Apenas o resultado de uma visão muito panorâmica e pessoal. A minha leitura.

Foi a segunda leitura que fiz do romance. Na primeira, em 1988, ano da sua 1ª edição, tentei, com um misto de curiosidade e prazer, procurar no texto os possíveis aspectos autobiográficos do autor, isto é, a presença deste na história contada. E, à semelhança doutros colegas, revivi alguns lugares e tempos da descrição.

Esta segunda leitura foi feita de rompante, numa semana, e nela segui o rumo que o autor quis conferir às suas personagens principais – o Nuno Miguel, a Maria Amélia, o Luís Miguel. São

estes que narram o tempo e os lugares da sua infância no seio de uma família numerosa, uma infância sem muitas demonstrações de carinho dos pais, devido a uma vida de trabalho duro na ilha de S. Miguel, concelho do Nordeste, na freguesia de Rosário.

Essa vida, cheia de trabalho e castigos por parte de um pai duro e inflexível que se dizia abandonado quando um dos filhos procurava a sua felicidade noutras distâncias, como que fugindo ao seu dever dentro da família, não é uma situação singular que apenas acontecesse nas ilhas dos Açores. Basta irmos às nossas memórias de infância e lá vemos retratadas a mesma fealdade das habitações, a falta de carinho por parte dos pais, carinho que se preocupasse com o crescimento harmonioso dos filhos, a falta de uma visão do futuro que lhes trouxesse a alegria de existir e o amor. Em toda a parte em que vivessem portugueses, existia essa mesma falta de perspectivas, apenas preocupados em garantir a subsistência de cada dia. Na maior parte do país vivia-se a mesma aversão ao Senhor Salazar e uma religião ritual e rotineira.

Dizem que *Gente Feliz com Lágrimas* é um romance triste. Não me parece. De facto, é um livro muito duro, por vezes difícil de entrar no seu âmago, mas finalmente um livro luminoso, através da descrição de alguns momentos verdadeiramente felizes.

O romance constitui uma saga familiar que irresistivelmente arrasta o leitor ao longo de cinco mundos, vividos e pensados através da obsessiva busca da felicidade que move os seus protagonistas. Concebida polifonicamente como a descrição dos vários modos de viver a amargura que medeia entre o abandono da terra e o regresso ao domínio do que é familiar, esta peregrinação possível é a definitiva lição de que o retorno se não limita a perfazer o círculo e constituir uma visão fascinante de Portugal que todos, de uma maneira ou doutra, conhecemos.

Porque é disso que se trata no romance. Noutro lado, afirma João de Melo: “a literatura é um espelho, um reflexo imaginário dos povos. É mais cómodo, mais certo, porventura até mais fácil, conhecermos os povos e os países pelo seu imaginário do que propriamente pela sua paisagem e pela sua geografia”.

O livro pode dividir-se em seis partes:

1. “O Tempo de todos nós”. Enquanto no primeiro capítulo, cujo narrador é “um qualquer de nós”, se conta a partida de Maria Amélia, a filha mais velha e de Nuno Miguel para o continente para aí se prepararem para o serviço de Deus, a partir do segundo capítulo, a narração é tomada, alternadamente pelos irmãos Nuno Miguel, Maria Amélia e Luis Miguel que, cada um na sua perspectiva, vão contando as vicissitudes da família. Esta parte constitui a maior fatia do romance.
2. A terceira pessoa do singular.
3. Último suspiro de Mamã – e o encontro da família na América.
4. A outra versão de Marta.
5. Regresso invisível aos Açores
6. A Felicidade sábia – quatro breves páginas. De certa maneira, esta parte resume o livro e lhe dá sentido.

Breve Teoria da Felicidade.

Para melhor entendermos a felicidade de que se fala no livro, fui buscar este texto luminoso sobre o assunto, escrito pelo João de Melo, no ano de 2010:

“Existem os pequenos e os grandes prazeres.

Entre os primeiros: a água, o vinho, o por do sol, a chuva vista de dentro de uma janela, a tagarelice sôfrega, os piropos e elogios ouvidos das bocas desejadas, o amor, os jogos sociais, os prémios e os presentes, uma roupa que se estreia num dia especial, uma vista de montanha sobre campos cultivados, a companhia dos animais domésticos.

Grandes prazeres, a saúde, o sexo, a mesa, as viagens, o mar ao sol do verão, o dinheiro em boa medida, a música de Beethoven, os livros amados, as artes mais admiráveis, a glória triunfal, o sono profundo, os feriados com que não se conta.

Entre uns e outros baloça a corda metafísica da felicidade. Seres infelizes, os que não dão passagem aos pequenos prazeres que depois se fazem grandes. Os intelectuais serão quem menos

deles frui: pensam demasiado nos grandes e só neles concebem a ideia de felicidade. Privilégio dos simples, ela consiste em unir os bons momentos à construção do sonho e do desejo. Chamemos a nós os pequenos prazeres, e os grandes acontecerão por si”.

In JL – *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 1034, 19 de Maio a 1 de Junho de 2010, p. 44.

Disse já que não considero o livro, um romance triste. Com efeito, coexistem ao longo do livro os textos com sinais ligados à tristeza, ao sofrimento, à vida de miséria, outros textos em que os sentimentos de alegria, felicidade, luminosidade, liberdade, estão patentes e envolvem as personagens.

Concretizando, e não pretendendo ser exaustivo, fiz um apanhado de algumas descrições referentes aos dois irmãos Nuno Miguel e a Maria Amélia, sobretudo nas suas reacções à sua chegada a Lisboa.

Logo nas primeiras páginas, as duas personagens lembram as suas viagens desde os Açores até Lisboa. Na partida de S. Miguel, enquanto toda a gente chora, na despedida do barco que havia de tirá-la dum passado sem história, ela comporta-se como uma moça decidida ao encontro do seu futuro: “Amélia foi cercada pelos prantos, pelo adeus dos lenços e pelo clamor dos nomes que cruzavam o ar. Jamais lhe apeteceu chorar, determinada a deixar para trás um passado sem história e a esquecer-se dele sem a menor sombra de sofrimento” (p. 14).

“Com Nuno, aconteceu o impossível: chorava e sorria na direcção do pai, feliz e infeliz, sentindo-se só e porém apertado por aquele convés de gente...” *Ibid.*

A chegada a Lisboa foi como quem olha para um oásis no meio do deserto: Amélia “tinha os olhos ulcerados pela ausência de luz. Mas pôde, ainda assim, distinguir ao longe uma massa dourada que levedava por cima do horizonte. Uma espécie de fermento, como o que mamã antigamente usava nos grandes alguidares de barro, sempre que ia cozer o foliar da Páscoa. Assim via ela aquela massa crescer, encher-se aos poucos de luz, tornar-se branca e luminosa como só o magnífico sol português desse dia”. (p. 17). “Lisboa era de súbito o grande anfiteatro das casas rosadas, com

o castelo de S. Jorge na , crista dum galo chamado Alfama, as casinhas quadradas dos ricos que já então viviam no Bairro do Restelo...” (p. 17).

E mais à frente nota-se um puro contraste entre a terra que deixou para trás e a Lisboa que a recebe para encarar um futuro diferente: “Foi sem dúvida a maior alegria da minha vida, chegar a Lisboa, disse ela. Apesar de chover torrencialmente, o Sol iluminava a chuva e a chuva encher-se de uma coloração azul e irreal, como tudo o que estava a acontecer-me. Encantou-me saber-me ainda mais portuguesa do outro lado daquele mar, longe da humidade, do céu baixo dos Açores, do tempo que havia parado e envenenado a minha vida, e longe da maldição da minha infância na Ilha. Gostei logo e de paixão, desse firmamento europeu, da sua luminosidade alta e vertical. Gostei tanto de Lisboa, daquele polvo azul sobre as colinas, das ruas planas que vão num grande círculo, desde o fim das docas até à baía de Cascais. (...) Comecei aí a organizar dentro de mim todos os motivos que me levaram a gostar de estar viva, a ser mulher de novo, a recomeçar os meus dias a partir desse segundo nascimento para o mundo” (p. 18-19).

O ponto de vista de Nuno Miguel não é diferente do da irmã: “Lisboa pareceu-me logo a Cidade dos domingos. Mesmo daqueles em que, pela vida fora, vim a conhecer nela as angústias dos poetas. Quando aqui cheguei, havia em Alcântara um homem de óculos escuros e dedos cabeludos que me sorriu de modo civilizado e me disse vir em nome de Deus (...) Logo ao atracar em Alcântara, vi toda a gente vestida como só nos domingos nos Açores” (p. 20).

“Gente calçada (ao contrário dos homens de pés descalços da Ilha, de gravata, com o andar gingão da outra espécie de vertebrados que eu não chegara a conhecer na minha terra. Não sei se interiorizei em excesso essa primeira viagem ao centro do mundo, ou se me projectei todo nela; estava finalmente longe duma infância descalça, fria e aflita, com o pescoço apertado pela primeira gravata, e não tinha razões para recordar o tempo bucólico que morria dentro de mim” (p. 20)

Estas poucas citações não pretendem traduzir todo o conjunto de sentimentos que vestem as personagens ao longo do livro. Nada

disso. O assunto é muito mais complexo. Apenas pretendi com essas citações vislumbrar um sentimento vivo de alguma alegria e felicidade ao encarar um futuro diferente do que lhes estava traçado.

Na minha leitura e nas citações, servi-me da edição do livro, Publicações Dom Quixote / Círculo de Leitores, Lisboa, 1988.

GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS

Eduardo Bento

NUNO: UMA VIAGEM AO CONTRÁRIO

Antes de mais, quero dizer que *Gente Feliz Com lágrimas* é um livro escrito por muitos dos que estão aqui nesta sala. Algum deste percurso literário, no que ele tem de mais profundamente vivido, foi caminho de nossas vidas. Não pense o autor que é o fazedor solitário desta obra; queira ele ou não, muitos de nós, no momento da escrita, invadimos-lhe a casa e ele nunca conseguiu expulsar-nos.

Mas não nos envaideça sermos também co-autores deste belo livro porque apenas lhe emprestamos, breve caminhar comum, algumas lágrimas, umas tristes outras felizes, alguma desmesura juvenil e também a fraterna e solidária presença que, então, ajudou a vencer a solidão. Acende-se aqui, também, uma memória, de um espaço e de um tempo em que muitos dos nossos sonhos nasceram ou morreram num enorme dormitório, numa sala de estudo, num recreio onde, com estridentes gritos, construíamos as melhores jogadas de futebol de todo o mundo.

Mas não nos iludamos. *Gente Feliz Com Lágrimas* não é uma catársis em relação à juventude, muito menos uma autobiografia. Não é senão uma criação estético-literária. É uma obra de muitas personagens, de muitos espaços e de várias viagens. E uma dessas viagens, a não menos interessante na economia da obra, é a viagem em que, Nuno, a personagem central, se abisma, se interroga, se arranha e amaldiçoa a maldição da infância numa ilha (p. 19) mas também canta o cântico de todos aqueles que não desistem

da dúvida e da luta ideológica, seja para tomar posição política, pedagógica ou religiosa, porque a obra literária não tem que nascer e morrer apenas no terreno da estética.

A viagem de Nuno é uma viagem ao contrário. Num tempo em que os açorianos vão para o Canadá, os continentais para França, Nuno navega para Lisboa iniciando uma «estrada que dizem leva à difícil graça de Deus» (p. 18). Navegando, liberta-se do tempo da ilha, um tempo onde era sempre amanhã, liberta-se do aguilhão do pai, do chiqueiro das vacas, mas sobretudo das maçãs do desespero e do tempo parado dos mortos. (p. 146). Nesta viagem, estranhamente, apesar do pesadelo que foi a infância, surgirá, por vezes, uma nostalgia, um desejo de regresso a esse tempo primordial como que num estender de braços pedindo para ir «para a terra da infância grandiosa e eterna de todos os homens» (p. 15).

Por agora, Nuno navega no largo oceano onde o lamento do vento e do mar se misturam com os urros dos vômitos (p. 11).

E ao fim de cinco dias, como um naufrago, aporta a Lisboa a caminho «da noite pesada» (p. 23) da província. «Quando chegaram à aldeia e ele avistou ao longe um casarão iluminado na noite sem estrelas desse tempo, percorreu-o um indefinido terror. A casa era afinal um túmulo em ponto grande» (p. 23).

Agora Nuno já não viaja sozinho. Nós já ali estamos. Ele chega atrasado mas nós agora percorremos com ele uma estrada comum. O “açoriano” chega até nós com «um sino de pranto na alma» (p. 25). Ninguém lhe entende uma frase e ele entra agora num outro barco, um barco que navega dias e noites no silêncio dos retiros, na disciplina monocórdica dos horários, um barco feito dormitório onde Nuno fica, quando os outros partem para férias, na solidão nocturna povoada por fantasmas, à escuta do mínimo ruído. E penso que alguns de nós ainda hoje acordamos estremunhados ao som dum *Benedicamus Domino*.

E é ali, naquele casarão, que Deus aparece na exuberância da sua ausência. Costumo dizer que a morte de Deus anunciada por Nietzsche, é um bom anúncio, esse Deus está bem morto. Igualmente o Deus da experiência de Nuno – transformado em hóstia que não se pode tocar com os dentes – está morto pela

inquietação da nossa dúvida, pelo humano olhar crítico da nossa lucidez. O Deus, que fará a infelicidade de Frei Pio se decidir não existir, esse Deus «volumoso e justiceiro dotado de algum músculo mas de pouca ou de nenhuma misericórdia» (p. 260).

Abreviemos este olhar sobre a viagem de Nuno, tanto mais que agora ele vai sozinho, como perdido, lançado para o mundo, pelo Provincial. Ele perde-se na perdição da grande cidade. E é aqui que aporta como um naufrago. E o nome desse porto é Marta: «a mulher chegara para ser exacta e pronta no eixo da sua vida» (p. 302). Mas também neste porto de acolhimento, naufraga e os ventos da viagem arrastam-no para o Canadá, onde acaba de acordar para «a dor de estar vivo mas a pisar tantos destroços» (p. 381).

Antes de me despedir de Nuno direi que ele bem poderia ter evitado o momento de regresso aos Açores. Nuno, Nuno, não há regresso, estamos sempre de partida para outro lugar. Deverias saber que não encontrarias as árvores, os pombais, os muros que um dia rodearam a casa da tua infância (p. 367), dessa infância de onde largaras um dia só para te perderes e consumir no Mundo (p. 444).

Terminado este olhar tão abreviado e enviesado sobre a viagem de Nuno narrada por ele e por outros em *Gente Feliz com Lágrimas*, um cumprimento breve para o autor. Há muitos escritores, sobretudo montões de poetas em Portugal, mas poucos poderão ver reconhecida uma das suas obras como um marco inovador no panorama da nossa Literatura.

Poderia falar agora do que mais me surpreendeu na estrutura da narrativa como a beleza do texto, no seu tão criativo discurso figurado, na linguagem de desvio, onde um omnipresente narratário se aproxima de nós e nos envolve no discurso; poderia falar dos diversos narradores que nos dizem mil e uma histórias de que não conseguimos despegar-nos; poderia falar do espaço e do tempo da narrativa; sobretudo, queria dizer como aqui, tantas vezes, a poesia se sobrepõe à prosa

Mas, tendo que terminar, lembrarei que foi devido a essa formação que nós recebemos nesse velho casarão, como o João

de Melo e muitos de nós reconhecemos, que somos herdeiros de uma sólida formação humanista que nos leva a olhar o mundo, interrogando, duvidando, tomando partido; foi essa formação que nos levou a vencer o temor do inferno e esse deus musculado; foi essa formação que nos fez ir pela vida fora, nas asas dessa «estúpida ave da lucidez» (p. 261). Foi essa formação que nos ajudou a olhar a vida e a aprender que ela é um caminho feliz com lágrima, uma amarga taça de alegria.

NOTA

As referências são da edição de 1988

(Publicações D. Quixote/Círculo de Leitores)

MOTIVOS CLÁSSICOS EM *GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS* DE JOÃO DE MELO

Abel do Nascimento Pena

Premiada, galardoada e reconhecida por academias, grêmios literários e público em geral, *Gente Feliz com lágrimas* ascendeu a obra de referência no rico panorama literário português do séc. XX. Talvez por isso, pouco ou nada adiantará ao mérito da obra esta modesta e despretensiosa homenagem fora dos círculos académicos e da crítica literária, a não ser o facto de o seu universo ficcional entretecer relações de estreita verosimilhança com espaços, personagens, figuras e lugares que acodem à memória intangível dos muitos aqui presentes. Seremos nós uma pequena parte, uma minúscula porção desse universo, ou melhor, dessa ‘aldeia’ obscura e microcós mica por onde passaram gerações de homens? E que outro argumento ou prova mais expressiva haveria dessa genuína e cúmplice aventura do mundo-lá-de-fora se não a memória de nós mesmos, a mesma que traz aqui tantos companheiros?

Partindo do título do livro, a minha primeira reflexão entronca num paradoxo existencial que retiro de um verso do poeta Vergílio na *Eneida*: «*Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt*» (En. I, 462). «Há lágrimas na natureza das coisas e elas tocam o coração dos mortais». Estas palavras, seja qual for o seu entendimento, evocam-me algumas das admiráveis subtilezas de que é feita retórica literária e a natureza humana, porquanto o próprio título de GFL sugere, de feição epicurista e algo nostálgica, a velha máxima filosófica dos opostos: *contraria contrariis curantur*.

Li algures que os povos felizes não têm história. Não sei se há povos felizes, agora que o assunto foi objecto de estudo nacional e internacional como vimos recentemente publicado. Mas se pelos dados estatísticos, nós, portugueses, somos dos povos mais infelizes da europa, então não seremos também pela mesma ordem de razões a glória e a coroa da história europeia? Lágrimas evocam-me o mito das Híades, essas ninfas dos orvalhos matinais que um dia Homero julgou serem constelações celestes, as Pleiades. E lembram-me as reflexões de um conceituado erudito inglês (R. Dodds) que, a propósito das sociedades mediterrânicas, pressupõe a existência de uma *shame culture*, de uma cultura da vergonha, onde vigoram tabus e preconceitos como estes: «Psst, ó pequeno, não se chora!», «um homem não chora», o choro desfeia a face dos homens. Todavia, contrariando esses preconceitos, qual de nós não chorou um dia? Que herói ou simples mortal não escondeu os olhos marejados de felicidade ou de desgraça? Sim, eu próprio vi Ulisses lavado em lágrimas na ilha de Calipso, a ninfa de belas tranças; e vi Telémaco de Ítaca, ainda menino, em choro convulsivo, porque o pai, esse pai lendário e eterno náufrago, não estava lá para o proteger; e vi Aquiles, o herói da *Ilíada*, chorar de raiva, de luto, ou de ternura pela morte de Pátroclo; e ainda há poucos dias todos vimos e revimos *in honorem* a imagem de um Eusébio que, inconsolável e vencido, vencia todas as outras imagens do grande ecrã. Assim se constrói um mito.

E assim, como diz o narrador de GFL, como que parafraseando o aforismo de Ésquilo, «*pathei mathos*» – aprender é sofrer – «a chuva de lágrimas que foi a infância» – converteu-se afinal na «gramática do mundo», essa mesma gramática que faz aceder a outro grau de conhecimento do mundo, das causas e das coisas. Não creio, porém, que a sociedade hedonista de hoje tire grande vantagem destes preceitos. Contudo, nós falamos aqui de uma memória de homens, de gente simples e modesta, a quem, vinda do nada, nunca faltou engenho nem heroísmo.

«Os barcos são deuses flutuantes», diz o narrador (p. 129), divinos e anamórficos como Proteu e Neptuno, deus do mar. Que

deuses são esses afinal? Não sabem o que são criptomérias? Qual o mistério, qual o segredo das criptomérias açorianas na narrativa?

Começa a viagem hiperbórea e marítima, a epopeia da infância, com seus mitos, crenças e lendas intemporais. A descrição é nua e crua, por vezes mesmo cruel, mas sempre sem eufemismos, nem arrependimento precoce, apenas impregnada de talento e profunda melancolia. Entre a ilha e a remota aldeia continental interpõe-se o desconhecido, os rituais e tabus marítimos, o líquido amniótico do mar metafísico, e a Ilha, a Grande Mãe, a Magna Mater (madrasta, sem colo materno p. 362), e o mito do Grande Cão, seja ele o pai de má memória, o deus-dragão, o padre, «um fragmento de deus», o ditador-mor, os pombos, ou apenas um país pobre e bolorento como o Tártaro de Hesíodo.

Prende-se o leitor com o pitoresco da viagem marítima, com seus zoomorfismos e antropomorfismos: a lenda da cabeça de égua ou do Pico da Vara que se afundam no horizonte à medida que o barco se afasta; perde-se a referência, entra-se no desconhecido e no interior côncavo do navio; ali dentro reina o maravilhoso e o caos; como em *Odisseia*, descreve-se o episódio das vacas aladas que merecem cuidados especiais, quais seres divinos, quais vacas sagradas de Hipérion, o sol; cabem nos primórdios da narrativa latinismos e cultismos exuberantes e tecnicismos do léxico marítimo, uma linguagem particular e resiliente, também ela, recorde, criada por Homero na *Odisseia*. Mas sempre e sempre na justa medida da distância e da solidão do oceano surge como litania de santos essa indefinível, terrível palavra «saúde».

Depois Lisboa, a sua brancura, a sua solaridade regeneradora e catártica, que nunca se apaga da memória, nem nas prolépticas 5 viagens anunciadas (p. 11) aos Açores, nem 486 páginas depois. Lisboa é para um ilhéu metafísico, destinado ao jugo da lavoura e da ignorância, uma redenção, uma espécie de *portuguese dream*. Mas também a primeira decepção: o tenebroso arrulhar dos pombos e «o homem de óculos escuros e dedos cabeludos que vinha em nome de Deus...» (p. 21). E a primeira dúvida. Voltará o «açoriano» a Rosário, ao colo ausente da mãe, à casa atormentada, «fábula de uma ilha chamada Ítaca»? Voltará um dia para contemplar

essas orgulhosas e seculares criptomérias, testemunhas silenciosas sob cujas raízes nidificam monstros e imaginários de amor e morte? Voltará. Voltará sim, mas não antes de sofrer o estigma da expulsão por «subversão política e falta de fé em Deus, segundo me disseram...» (153), escreve *in absentia* um narrador hesitante. Chamar-lhe-ia talvez o castigo de Prometeu reservado a todos os seres pensantes porque aos homens estaria vedado o controlo sábio do cosmos e da ordem natural das coisas. E falando em Prometeu (símbolo do progresso e das tecnologias entre os homens), assinala-se que o narrador voltará a Rosário e testemunhará ele próprio do mito do progresso, com a introdução da máquina debulhadora de trigo (p. 36) e de outras tecnologias agrícolas que revolucionam a terra e o modo de produção rural (p. 164). Progresso, tecnologias, outros mundos irrompem da estreiteza insular e continental, o *dream* canadiano, Toronto e Victória, pátrias de emigrantes açorianos orgulhosos do seu sotaque sibilante de yesses. E ainda assim, a matriz ocidental lá está, incontornável e bem enraizada no imaginário do narrador que exclama: «...ir a Victoria é tão admirável como um recuo ao início da criação e à memória das ilhas gregas de Homero» (p. 351)

Da candeia ao petromax e deste à luz eléctrica, à rádio e à televisão, todos nós fomos testemunhos dessa revolução tecnológica que fez do enorme casarão uma aldeia quase universal. Ao mito do progresso junta-se agora o mito do retorno. Nostalgia, sofrimento do ausente, sentimento único e tão genuíno, fundador da cultura ocidental. Voltará, pois, um dia na barca de Caronte, mas não sem antes experimentar labirintos e muros claustrais, o deserto da dúvida metafísica ou a descida às profundezas do Hades, donde voltará, como Orfeu sem Eurídice, ao encontro de Marta. Apesar de tudo, a vida de Nuno Miguel na «aldeia», no «seminário», no «casarão», «um túmulo em ponto grande» (p. 24), lá onde se esconde «o dragão de deus», apesar de tudo, reconhece o narrador a páginas tantas, «...fora bom ter vivido ali alguns anos» (p. 262).

É verdade que a experiência do seminário como motivo inspirador na ficção nacional é um fenómeno com o qual os escritores portugueses se deram mal; em todo o caso, a escrita

parece desempenhar aqui o papel de exorcismo de um destino que não se escolheu (como no caso de Vergílio Ferreira em *Aparição*), ou de catarse, tenha esta um sentido transcendente e reconciliador ou punitivo e castrador. A poética, a literatura e o existencialismo em geral nada parecem ter em comum, mas um e outro alimentam-se da dúvida, do sentido trágico e unamuniano da existência e de um certo mal-estar peninsular: onde falha a transcendência emerge a metafísica da morte de deus ou o mito do grande cão multiforme do qual descendem, aliás, os filósofos cínicos.

Por isso eu gosto dos gregos antigos e de palavras começadas por – *poly* –, porque eles souberam sempre dizer as coisas no plural: politeísmo, poliglota, polissemia... E também porque não existe entre eles uma cultura da culpa, de matriz judaico-cristã, mas tão-só, uma ética da excelência do cidadão e da polis. Como medita Eduardo Lourenço, os gregos, criadores da tragédia, foram talvez o povo menos trágico da história pela sua capacidade de dizer, verbalizar e expressar o trágico, pela sua luta contra o indizível da morte e da finitude. O homem moderno, de tanto falar de humanidade, talvez se tenha esquecido de deus e da inumanidade do nosso século. GFL não contorna a questão da finitude e da morte, essa morte nem trágica, nem dramática (pai, mãe, infância...), apenas cruel e dolorosa, mas este tema ficará para outra ocasião, porque neste encontro apenas me restam alguns sôfregos minutos.

Eis porque me parece importante sublinhar que nesta «...sofrida autobiografia da infância» (p. 392) escreve o narrador, o capítulo mais franco, directo, impetuoso e implacavelmente crítico é o pranto ou o treno ou o lamento lírico de Marta/mulher. Sem sofismas, sem rodeios, sem fugas. De tal maneira que, confessa o narrador ferido no seu orgulho autobiográfico «pelo nariz de Cleópatra»: «nunca nenhum livro custou tanto a escrever a Rui Zinho como este» (p. 472). Quem é Rui Zinho? Quem é Nuno Miguel? Um alter-ego? Um confidente? Mera ficção literária? Um narrador homodiegético? Narciso diante de um espelho baço e mal iluminado? Pouco interessa. Em ficção não existe erro, nem culpa, nem mea culpa. Apenas a verosimilhança necessária que dá credibilidade confessa à narrativa. Precisamente: «Foi o maior de

todos e meus erros: pensar que podia viver na primeira pessoa e ao mesmo tempo ter sido Nuno e Rui Zinho» (p. 483). Neste processo de auto-conhecimento, nesta outra gramática que faz ascender o narrador à consciência das coisas sublimes e consistentes, nada é mais duro de confessar. E termina a obra com o oxímoro que traduz o espírito de *Gente Feliz com Lágrimas*: «Ainda hei-de pensar que tudo isto não passa afinal de um riso que chora ou de um pranto que ri – e de literatura!»

E sem querer terminar, termino com uma frase de GFL (p. 316) que considero o epítome, mas podia ser a epígrafe do ideário literário de um verdadeiro e grande escritor do nosso tempo que temos o prazer de conhecer e de com ele reviver memórias imortalizadas pelo poder da palavra: «A escrita é o alimento moral da vida»¹.

1 As citações de página remetem para a edição de 1988 (Publicações Dom Quixote - Círculo de Leitores, Lisboa).

UMA RE-LEITURA DE *GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS*

Manuel Mendes

Hesito neste início...

Entre mais um encontro de “ex”, tal como aquele descrito pelo João (290), em que “os belos carros, os anéis e os fatos azuis atestavam a nova suficiência de prosperidade”, grupo este de ex em que ressaltavam “homens de luxo e rigorosamente engravatados (que) praticavam em Lisboa, no Porto e em Coimbra uma advocacia elegante”... “psicanalistas de samarras desleixadas”, “comerciantes musculados (que) se esforçavam por encolher os grandes ventres ovais”, os “doutores em ciências sociais (que) compunham a ruga filosófica” e, ainda outros que “ficavam para trás do grupo e escondiam as unhas sujas de terra... que tinham os dentes estragados e que por isso evitavam sorrir...”

Cheira a ACADEMIA...

Eu aqui, vós aí ou ao contrário, vós ouvindo-me a mim eu ouvindo-vos a vós!

O tecto dominicano é o mesmo, hoje neste convento, há quase meio século no velho novo pavilhão de Aldeia Nova, as vossas caras são as mesmas, apenas alguns traços mudaram, o afecto é o mesmo, apenas mais tolerante e profundo, escavado neste longo período de separação e que o fluir do tempo mais vai sedimentando.

Passaram, de facto, muitos anos e fomo-nos esquecendo ou fizemos por esquecer os sonetos de Camões, de Bocage, os poemas de Guerra Junqueiro que ali declamávamos como se todo

o dramatismo do mundo caísse como um furacão sobre Aldeia Nova: “*alma minha gentil que te partiste...*”, “*Já Bocage não sou...*”, “*Sobre uma folha hostil duma figueira brava,/Mendiga que se nutre a pedregulho e lava/A aurora desprende, compassiva e divina,/Uma lágrima etérea, enorme e cristalina.*”

Fomos à vida – amámos, procriámos, criámos, trabalhámos, guerreámos, cansámo-nos, retirámo-nos – e por um acaso, uma vontade ou algum eventual instinto, regressámos! Não deixa de ser curioso que quanto mais o tempo passa mais de nós regressámos, nos encontros anuais, nos jantares rituais, nos encontros casuais.

Tudo isto nos remete hoje para o João de Melo (o Açoreano, lembram-se? Digo-o agora com todo o carinho), ele filho pródigo de quem mais íamos ouvindo falar nos caminhos em que mais ou menos nos íamos reconhecendo, lendo-o a ele, cada um de nós no respectivo mundo que não era deste reino, muitos de nós na guerra que ele sistematizou e, enfim, e entre mais outras referências, no reconhecimento que todos fizemos da nossa pessoal gente – atrever-me-ia a dizer, em maior ou menor intensidade, de formas provavelmente diferentes – feliz, com lágrimas.

É que, de algum modo, todos somos também filhos da **“sopa de mogango... do chicharro salgado ou torresmos da caçoila... do toucinho cozido... do feijão assado no forno... do caldo de couves...”** (p. 49).

Todos, em maior ou menor grau, acabámos por alinhar numa das razões que, em bocas diferentes, dão um sentido mais terreno e interesseiro ao melhor conto de fadas que podíamos ouvir – chamado vocação – razões essas que, em personagens diferentes, se vão espalhando (p. 37 a 41):

“...Tinham ingressado no seminário só para fugirem ao sacho e ao arado...”

“Uns vão para o seminário com o dinheiro das benfeitoras, com o sonho doente das avós ou o zelo das velhas tias sem herdeiros...”

Ou então, como diz o João, “*Eu fui lá parar com a vocação da minha irmã mais velha...*” (41) De facto, **“Amélia tinha**

vindo a desinquietar-lhe a cabeça: queria por força pô-lo a estudar”.

Ó João, então e aquele teu entusiasmo infantil em relação aos dois seminaristas que iam nas festas a Rozário, aquelas ***“duas toupeiras que tacteavam o chão, sempre de olhos caídos e sorriso lívido... dessa santidade branca, sem barbas nem buço, delicada em extremo e aparentemente assexuada... seguindo “aquele cogumelo trajado de patriarca, como se fossem crias deles... que te significaram “a estrada de Damasco, para os quais abriste os olhos, fulminado pela luz que aqueles seres enviavam para dentro de ti”?*** (adaptado 36)

Cedo, no entanto, veio o desengano, logo à chegada, quando a luz se transformou em trevas: ***“Quando chegaram à aldeia e ele avistou ao longe um casarão iluminado na noite sem estrelas desse tempo, percorreu-o um indefenido terror. A casa era afinal um túmulo em ponto grande. A noite que a rodeava dificilmente deixava de parecer-se com a seda de que são feitos os véus dos defuntos”*** (21).

“...Sua reverência deu as boas-vindas ao candidato, deplorou os seus dois meses de atraso nos estudos e pediu a todos a caridade de o ajudarem na matemática e no latim. Estava finalmente entre os muitos que Deus chamara e os poucos por Ele escolhidos – com um prato de carne assada e esparguete na frente, os ossos moídos da fadiga e um sino de pranto na alma” (23)

Permitam-me agora um breve parêntesis para também aqui trazer a memória do meu tão próximo longínquo dia 4 de Outubro de 1961, quando, chegado à mesma aldeia e ao mesmo casarão em pleno dia e, seguramente, muito longe de me parecer um túmulo grande, aquele simpático padre se virou para os meus choros pais, dizendo: “Não chorem nem se preocupem, que ele agora deixa de ser vosso filho para ser nosso...”.

Aí, sim, fechou-se um túmulo, tantas entreaberto na escapadela até à estrada em frente na qual fixava exaustivamente o olhar, tentando perceber no alcatrão sinais invisíveis da passagem de meus pais por ali...

Considero esse, aliás, um dos episódios e imagens mais marcantes da minha vida a qual, num sinuoso percurso profissional que passou por hospitais psiquiátricos, lares de jovens aos quais a família falhou ou mesmo faltou, os chamados reformatórios para jovens delinquentes e, ainda prisões, me obrigou a intervir em centenas de episódios de ruptura entre o exterior e a instituição, em quadros emocionais de bastante sofrimento, expresso, todavia, das mais variadas formas, da indiferença/embotamento ao choro compulsivo, da tristeza profunda e calada às mais intensas e extremadas expressões de histrionismo e manifestações de agressividade e violência.

Pareceu-me, pois, oportuno aqui trazer o contributo de Ervin Goffman (1961), *Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates* que, na tradução brasileira para português passou a designar-se por “manicómios, prisões e conventos”... Ora, segundo este autor,

“Instituição total – Pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

“As **instituições totais** da nossa sociedade podem ser, grosso modo, enumeradas em **cinco agrupamentos**. Em **primeiro lugar**, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são **incapazes e inofensivas**; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em **segundo lugar**, há locais estabelecidos para cuidar de **pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas** e que são também uma **ameaça à comunidade, embora de não maneira não-intencional**: sanatórios

para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; um **terceiro tipo** de instituição total é organizado para **proteger a comunidade** contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. **Em quarto lugar**, há instituições estabelecidas com a intenção de **realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho**, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). **Finalmente**, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros...”

Parece, face a esta classificação, que o seminário se configura, enquanto instituição total tal como definida, num mix entre a primeira categoria (com uma aproximação a órfãos, ainda que de nós próprios) e, claro, a quinta categoria, de refúgio do mundo, assim se resumindo o nosso afastamento do mundo enquanto órfãos de nós próprios impelidos ou empurrados (conforme os casos) para o Divino!

Não deixa, aliás, de ser curiosa a visão de espelho que o João sente aquando do seu regresso a Aldeia Nova 21 anos depois e se depara com o seminário convertido naquilo a que chama a “**Obra dos Rapazes**” assim vistos por ele nesse encontro de terceiro grau: **“eram órfãos, bastardos tristíssimos, viciados da droga que lá do fundo dos seus poços enigmáticos recuperavam aos poucos a vontade e o conhecimento do tempo e das coisas. Surpreendeu-se com o facto de todos esses rostos o terem assustado: num repente, julgou reconhecer-se no corpo, no perfil daqueles ossos sonâmbulos. Caso pudesse tê-los visto de repente, teria sido transportado no tempo e estaria agora no lugar deles: vendo desfilar as**

visitas e ouvindo os seus aplausos quanto á forma como os rapazes ali eram domesticados (286)...” eram miúdos, encardidos no aspecto, de olhar parado. ...Quando enfrentou a solidão daqueles olhos, não teve dúvidas: estava a mirar-se a um espelho antigo. Viu-se no corpo, nas roupas remendadas, na pobreza mundana de cada um daqueles órfãos. Tal como no seu tempo, o logro dos bastardos consistia em estarem num mundo organizado pelos outros, não na própria realidade (289).

É que, de facto, e ainda segundo o mesmo autor, **“uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. (Ora) o aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da actividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as actividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma actividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda uma sequência de actividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias actividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planeado para atender aos objectivos oficiais da instituição.**

O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas... é o fato básico das instituições totais... para esse efeito existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos designar como o grupo dos internados e uma pequena equipa de supervisão.

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições... o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado, Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada “ as boas vindas”... como parte desse rito de passagem ele pode ser chamado por um termo como ‘peixe’ ou ‘calouro’, que lhe diz que é apenas um internado e, mais ainda, que tem uma posição baixa nesse mesmo grupo baixo... no fundo a fronteira que o indivíduo estabelece entre o seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas. Existe, em primeiro lugar, a violação da reserva de informação quanto ao eu...

(Não resisto, aliás, a deixar aqui uma breve nota sobre este tão triste e dramático episódio da Praia do Meco, suportado num absoluto paradoxo e entrechoque entre a construção moderna da institucionalização necessária e o regresso ao passado de, pelos vistos, uma falsa modernidade que, na ausência de outros símbolos identificativos, teima em anular identidades vestindo-se como padres

quando estes, na sua liberdade, tendem a trajar de acordo com a sua autenticidade pessoal e a autenticidade do momento.

Tão tristemente, repito, encontram-se neste episódio – aqui sim – todas as raízes de um totalitarismo por regra associados à institucionalização nos termos anteriormente descritos **(mortificação do eu através de rituais grotescos apelidados de “boas vindas” ...como parte desse rito de passagem ele pode ser chamado por um termo como ‘peixe’ ou ‘calouro’, que lhe diz que é apenas um internado e, mais ainda, que tem uma posição baixa nesse mesmo grupo baixo... no fundo a fronteira que o indivíduo estabelece entre o seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas.)**

Em sentido inverso, lares de Infância e Juventude (para os tais ‘bastardos’...), Lares para idosos, Lares para pessoas com deficiência, Instituições para Pessoas com doença do foro mental, outras instituições de acolhimento a pessoas vítimas de violência doméstica, toxicodependentes, alcoólicos, sem-abrigo, até mesmo instituições de saúde como os cuidados continuados que não por acaso se subdividem em curta (convalescença), média e longa duração – são instituições que na nossa contemporaneidade só são úteis se ao espaço (esse grande casarão sentido como uma mortalha, como o João o sentiu) se sobreponha o tempo através de um projecto de vida que justifique a permanência nesse espaço (ao contrário, de facto, do João, **“desarrumado por dentro, com o (seu) bocado de crise em cima...”** (258), hesitante quanto a vocação, pedindo uma nova oportunidade, rapidamente recusada por uma avaliação terrível para o critério do tempo daquele espaço: **“falta de humildade, poesia herética e crises de fé!”** (258).

Parece-me, contudo, que a instituição total, seguindo o percurso vivido e escrito pelo João mas demasiado parecido com a maioria dos percursos também vividos mas não escritos por aqueles que com ele compartilharam espaços e tempos, não se circunscreve ao seminário, antes foi antecedida por uma pobreza (quantas vezes

já transgeracional) a montante do seminário e depois, a jusante, pela armadura claustrofóbica do Estado Novo e pela guerra, pelo oceano de pobreza que continuava a espriar-se.

Então – já meio século passado – como sobrevivemos? Porque sobrevivemos? Porque somos o que somos não sendo absolutamente uma mera resultante das forças constrictoras de todas estas instituições totais?

Cito, então Ortega Y Gasset quando, a este propósito, diz:

“A vida, que é, antes de tudo, o que podemos ser, vida possível, é também, e por isso mesmo, decidir entre as possibilidades o que em efeito vamos ser. Circunstâncias e decisão são os dois elementos radicais de que se compõe a vida. A circunstância – as possibilidades – é o que da nossa vida nos é dado e imposto. Isso constitui o que chamamos o mundo. A vida não elege o seu mundo, mas viver é encontrar-se, imediatamente, em um mundo determinado e insubstituível: neste de agora. O nosso mundo é a dimensão de fatalidade que integra a nossa vida.»

Mas esta fatalidade vital não se parece com a mecânica. Não somos arremessados para a existência como a bala de um fuzil, cuja trajectória está absolutamente pré-determinada. A fatalidade em que caímos ao cair neste mundo – o mundo é sempre este, este de agora – consiste em todo o contrário. Em vez de impor-nos uma trajetória, impõe-nos várias e, conseqüentemente, força-nos... a eleger. Surpreendente condição a da nossa vida! Viver é sentir-se fatalmente forçado a exercitar a liberdade, a decidir o que vamos ser neste mundo. Nem só instante se deixa descansar a nossa actividade de decisão. Inclusive quando desesperados nos abandonamos ao que queira vir, decidimos não decidir.

É, pois, falso dizer que na vida «decidem as circunstâncias». Pelo contrário: as circunstâncias são o dilema, sempre novo, ante o qual temos de nos decidir. Mas quem decide é o nosso carácter.

É assim que me parece ter havido e haver um ***mais-além existencial*** no interior de cada um destes “***ex-seminaristas de óculos escuros e sorriso comovido... homens de luxo... de advocacia elegante... psicanalistas...***”

comerciantes... doutores em ciências sociais” e, ainda outros que **“ficavam para trás do grupo e escondiam as unhas sujas de terra... que tinham os dentes estragados e que por isso evitavam sorrir...”**.

E porque não entendendo bem ou não compreendendo o sentido da observação do João relativamente a este grupo atrás referido e por ele assim catalogado quando diz:

“Gostava deles, e não da suficiência nem do talento dos outros, porque o seminário fora duas vezes injusto com esses homens” (290/291), questiono a dupla injustiça do seminário para estes, a eventual singular injustiça para outros, para além de todo um determinismo social muito forte, de múltiplas formas de sofrimento infantil e adulto, porque crente neste grão louco a que chamamos liberdade e que se pode sobredeterminar sobre as circunstâncias – porque se assim não fora, também eu estaria numa taberna numa aldeia do Alto Alentejo a servir copos de vinho – onde comecei logo após a 4^a classe e onde me mantive até dar entrada no seminário.